

# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 015

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 16 DE MARÇO DE 1999

ANO XXV

## Mesa Diretora

**ANIBAL KHURY**

Presidente - PFL

**NELSON JUSTUS**

1º Vice-Presidente - PTB

**CAÍTO QUINTANA**

2º Vice-Presidente - PMDB

**NELSON GARCIA**

3º Vice-Presidente - PFL

**HERMAS BRANDÃO**

1º Secretário - PTB

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

2º Secretário - PPB

**RENATO GAUCHO**

3º Secretário - PSDB

**ÂNGELO VANHONI**

4º Secretário - PT

**LUIZ CARLOS ZUK**

5º Secretário - PDT

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## Lideranças

*Líder do Governo* ..... *Valdir Rossoni*  
*PFL*..... *Plauto Miró Guimarães*  
*PTB*..... *Ademar Traiano*  
*PMDB*..... *Orlando Pessuti*  
*PPB*..... *Tony Garcia*  
*PT*..... *Péricles de Holleben Mello*  
*PDT*..... *Edgar Bueno*  
*PSDB*..... *José Maria Ferreira*  
*PL*..... *Edno Guimarães*  
*PSB*..... *Ricardo Maia*  
*PSC*..... *Chico Noroeste*

## Representação Partidária

*PFL - 10 - Anibal Khury - Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Lino Rusch - Hidekazu Takayama - Luiz Carlos Alborghetti - Luiz Carlos Martins (suplente) - Marcos Isfer - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães; PTB - 10: Ademar Luiz Traiano - Algaci Túlio - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Nelson Justus - Ricardo Chab - Valdir Rossoni; PPB - 07: Augustinho Zucchi - Divanir Braz Palma - Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Tiago Amorim Novaes; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldir Pugliesi; PSDB - 06: Antonio Carlos Baratter - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva (Litro) - Pastor Edson Praczyk - Renato Gaucho - Serafina Carrilho; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Péricles de H. Mello; PDT - 03: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk - Moysés Leônidas; PL - 02: Edno Guimarães - Geraldo Cartário (licenciado); PSB - 02: Antonio Carlos Belinati - Ricardo Maia; PSC - 02 - Chico Noroeste - Miltinho Puppig; SEM PARTIDO: Neivo Beraldin.*

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
14ª LEGISLATURA  
ATA DA 011ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
16 DE MARÇO DE 1999**

(terça-feira)

Presidência do Senhor Deputado Nelson Justus, secretariada pelos Senhores Deputados Luiz Carlos Alborghetti e Augustinho Zucchi.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Nelson Justus, Caíto Quintana, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Renato Gaucho, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Túlio, Antonio Carlos Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Lino Rusch, Divanir Braz Palma, Fernando Ribas Carli, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, Irineu Colombo, José Maria Ferreira, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes Silva Litro, Marcos Valente Isfer, Miltinho Puppio, Moysés Leônidas de Oliveira, Neivo Beraldin, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

**SESSÃO.**

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:**

**Ofícios:**

**OFÍCIOS**

Sob o nº 271/99, do Senhor José Cid Câmpelo Filho, Secretário de Estado do Governo, encaminhando cópia das Declarações de Bens dos Secretários de Estado, em cumprimento à legislação vigente. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob o nº 02/99, da Senhora Mirian de F. Zaninelli Wellner, Secretária de Estado da Educação substituta, em resposta ao pedido de informações requerido pelo Deputado José Maria Ferreira, que pede esclarecimentos sobre "Redução nos Repasses do Fundo Rotativo, destinado as Escolas Estaduais". **Ao Conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº 348/98, do Senhor Norton José Siqueira Silva, Secretário de Estado da Fazenda substituto, em resposta ao pedido de informações requerido pelo Deputado Ângelo Vanhoni, que pede esclarecimentos sobre "Empresas Enquadradas nos Regimes de Isenção Fiscal". **Ao Conhecimento do Sr. Deputado Interessado.**

Sob o nº 182/99, da Senhora Mirian de F. Zaninelli, Secretária de Estado da Educação substituta, em resposta ao pedido de informações requerido pelo Deputado Irineu Colombo, que pede esclarecimentos sobre "Convênio com a ADEJA". **Ao Conhecimento do Sr. Deputado Interessado.**

Ofício nº 012/99/GL-PMDB

Curitiba, 16.03.99.

Senhor Presidente.

Vimos por intermédio do presente, informar V. Exa. que a Bancada do PMDB, terá como vice-Líderes, no presente ano os Deputados Ademir Bier e Waldyr Pugliesi.

Sendo o que se apresenta para o presente momento aproveitamos a oportunidade para renovarmos votos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

Sala das Sessões, em 16.03.99.

(a) ORLANDO PESSUTI

**Indicação:**

**INDICAÇÃO**

Senhor Presidente.

Tem o presente a finalidade de indicar o Deputado Algaci Túlio, Deputado do Partido Trabalhista Brasileiro - PTB, para compor a "Comissão Especial" criada por esta Casa de Leis para analisar problemas relacionados à infra-estrutura urbana (energia elétrica, saneamento, transporte, etc.) na Região Metropolitana.

Sem mais para o momento, antecipamos agradecimentos e renovamos protestos de estima e consideração.

Sala das Sessões, em 16.03.99.

(a) ADEMAR TRAIANO

Líder do PTB

### INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Os Deputados abaixo relacionados, líderes partidários, vêm pelo presente, indicarem os membros de suas respectivas bancadas, para integrarem o Bloco Parlamentar Agropecuário da Assembléia Legislativa, conforme segue, tendo como consenso indicação para a Presidência, o nome do Deputado Orlando Pessuti e da vice-Presidente o nome do Deputado Miltinho Pupprio.

**Titulares:** Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cezar Silvestri, Duílio Genari, Edgar Bueno, Fernando Ribas Carli, Hermas Brandão, Irineu Colombo, Miltinho Pupprio, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Maia.

**Suplentes:** Ademar Traiano, Ademir Bier, Antônio Carlos Baratter, Cleiton Kielse, Chico Noroeste, Divanir Braz Palma, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Élio Rusch, Hermes Fonseca, José Maria Ferreira, Luiz Fernandes (Litro), Nelson Garcia, Tiago Amorim, Valdir Rossoni.

Nestes termos pedem deferimento conforme dispõe o Regimento Interno.

Sala das Sessões, em 16.03.99.

(aa) ORLANDO PESSUTI - Líder do PMDB

EDGAR BUENO - Líder do PDT

PÉRICLES MELLO - Líder do PT

TONY GARCIA - Líder do PPB

JOSÉ MARIA FERREIRA - Líder do PSDB

ADEMAR TRAIANO - Líder do PTB

PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Líder do PFL

EDNO GUIMARÃES - Líder do PL

RICARDO MAIA - Líder do PSB

CHICO NOROESTE - Líder do PSC

### INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Os Deputados abaixo assinados, vêm pelo presente indicarem, os membros para a composição do Bloco Parlamentar Municipalista da Assembléia Legislativa.

#### Membros:

Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Túlio, Basílio Zanusso, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, Hermes Fonseca, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Zuk, Valdir Rossoni, Waldyr Pugliesi, Caíto Quintana, Marcos Isfer, Élio Lino Rusch.

Nestes termos pedem deferimento conforme dispõe o Regime Interno.

Sala das Sessões, em 16.03.99.

(aa) DUÍLIO GENARI - vice-Líder do PPB

CHICO NOROESTE - Líder do PSC

PÉRICLES MELLO - Líder do PT

EDGAR BUENO - Líder do PDT

JOSÉ MARIA FERREIRA - Líder do PSDB

ORLANDO PESSUTI - Líder do PMDB

EDNO GUIMARÃES - Líder do PL

ADEMAR TRAIANO - Líder do PTB

PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Líder do PFL

RICARDO MAIA - Líder do PSB

e demais Senhores Deputados.

#### JUSTIFICATIVA:

O Bloco Parlamentar Municipalista já é tradição nesta Casa e sua eficácia sempre foi reconhecida por todos, pois sempre atuou na defesa dos interesses dos municípios do nosso Estado em conjunto com as associações representativas dos Municípios e demais comissões da Assembléia, levantando as necessidades dos representantes do povo do Paraná.

O critério adotado para a presente indicação, é o de que o bloco seja composto por Deputados que já foram prefeitos ou vice-prefeitos, independentemente do partido que representem, devido ao conhecimento que os mesmos possuem da realidade dos municípios. Devido a essa composição, o Bloco Municipalista conseguirá trabalhar e atuar diretamente com as causas dos municípios, transformando essas causas em assuntos de discussão estadual.

### Requerimentos:

#### REQUERIMENTO Nº 225

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o desentranhamento dos documentos apensados ao Projeto de Resolução nº 025/97.

Sala das Sessão, em 16.03.99.

(a) NEREU MOURA

#### JUSTIFICATIVA:

O aludido Projeto de Resolução trata da realização de plebiscito com vistas a criação do Município de Vista Alegre. Estes documentos encontram-se tramitando desde a legislatura anterior. Assim existe a necessidade da feitura de um novo projeto.

#### REQUERIMENTO Nº 223

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Município de União da Vitória pela passagem de seus 109 anos de emancipação política, no próximo dia 27 de março/99.

Requer outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência ao Excelentíssimo Senhor Pedro Ivo Ilkiv, Prefeito Municipal, ao vice-Prefeito, Sr. Dr. Henrique Cezar Guzzoni, assim como a todos os Senhores Vereadores para que em nome e do Poder Legislativo do Estado do Paraná recebam e cumprimentem a laboriosa população de União da Vitória.

Sala das Sessões, em 16.03.99.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

#### JUSTIFICATIVA:

É com grande júbilo que toda a população de União da Vitória irá comemorar no próximo dia 27 de março seus 109 anos de emancipação política.

O povo de União da Vitória, trabalhador e honesto, muito tem colaborado com a Administração Municipal dando total apoioamento para que o Município continue prosperando tendo assim injeável progresso.

Pois, União da Vitória, nesses 109 anos, se consolidou como principal polo de desenvolvimento da importante Região Sul do Paraná, e como porta de entrada para o vasto e rico oeste catarinense, juntamente com a cidade gêmea de Porto União.

Nesta oportunidade prestamos nossa homenagem aos seus administradores de todos os tempos que deram o melhor de seus esforços em prol do desenvolvimento do seu município.

Sempre com dedicação ao trabalho e a constante busca de dias melhores estaremos edificando uma sociedade mais justa e mais humana voltada ao bem comum.

Parabenizamos com esta Proposição toda a população de União da Vitória na certeza de que continuará na trilha do progresso.

#### REQUERIMENTO Nº 226

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o soberano Plenário, REQUER a consignação em Ata de um voto de congratulações à Polícia Militar do Estado do Paraná, pela passagem do 32º aniversário de fundação do 4º BPM de Maringá, ocorrido no dia 15 próximo passado.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao Exmo. Senhor Cel. Luiz Fernando de Lara, DD. Comandante Geral da Polícia Militar nesta Capital, e ao Ilmo. Sr. Ten. Cel. Roberson Máximo Fim, MD. Comandante do 4º BPM de Maringá, a Rua Mitzuo Taguchi, 99 - Maringá/PR.

Sala das Sessões, em 16.03.99.

(a) SERAFINA CARRILHO

#### JUSTIFICATIVA:

Justifica-se o presente requerimento pela necessidade de expressar a nossa homenagem e nossos agradecimentos, à Polícia Militar do Estado e

ao 4º BPM de Maringá, pela dedicação e pelo empenho com que procuram não só manter a ordem, como também defender a segurança e integridade da população e do Estado do Paraná.

#### REQUERIMENTO Nº 255

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações à Cooperativa Agrária Mista Entre Rios Ltda, alusivos a eleição da Nova Diretoria Executiva e seu Conselho Fiscal e de Administração que ocorreu no último dia 13 de março.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao Diretor Presidente Jorge Karl, através de correspondência a ser encaminhada à Colônia Vitória - Entre Rios, CEP: 85108-000, Município de Guaruapuava-PR.

Sala das Sessões, em 16.03.99.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### REQUERIMENTO Nº 256

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações ao Escritor Valêncio Xavier, alusivos ao recebimento do Prêmio "Jabuti" na categoria de Produção Editorial, referente ao seu livro "Mês da Gripe e Outros Livros".

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao homenageado, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Tomazina, 174, CEP: 80540-160, Município de Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 16.03.99.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### REQUERIMENTO Nº 257

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à Administração do Porto de Paranaguá, pela comemoração dos 64 anos de existência do Porto.

Sala das Sessões, em 16.03.99.

(a) ALGACI TÚLIO

#### JUSTIFICATIVA:

O Porto de Paranaguá, comemora amanhã 64 anos de existência. Ao longo deste período, passaram por ali os principais produtos que movimentam a economia de nosso Estado e também do nosso país. Pelo Porto são embarcadas cerca de 81% da exportação do Estado, que neste ano alcançarão a

cifra de US\$5 bilhões. Pelo Porto passam ainda parte da produção agrícola de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e também do Paraguai, totalizando cerca de 20 milhões de toneladas de carga ao ano. Este volume é 22.000% maior que as 91,5 toneladas embarcadas em 1935 quando o Porto iniciou suas operações.

Desde 17 de março de 1935 quando o Porto iniciou suas operações, cresceu tanto que hoje ocupa o primeiro lugar entre os portos da América Latina em embarque de grãos sólidos, com 10,5 toneladas/ano e é também o segundo do Brasil em arrecadação de divisas, com movimento de cerca de R\$100 milhões/ano e sua área de abrangência alcança 800 mil quilômetros quadrados.

O Porto de Paranaguá tem, na realidade uma história de 450 anos, pois a Baía de Paranaguá começou a ser povoada na metade do século XVI, quando foi escolhido um ancoradouro seguro para as embarcações dos colonizadores que chegavam à região. Somente na metade do século XIX a cidade assumiu definitivamente sua vocação comercial. Em 1872, o Governo Federal efetuou a concessão do local com direito à exploração e construção de um porto para atender o fluxo de mercadorias para exportação, que começavam a chegar em Paranaguá, pela recém construída estrada de ferro que liga Curitiba ao Litoral. Esta concessão durou até 1889 quando o então Presidente Wenceslau Braz transferiu para o Governo do Estado do Paraná a administração do pequeno terminal. A transformação do antigo ancoradouro em porto comercial foi iniciada em 1925, quando foram autorizadas a dragagem e abertura do canal na barra norte, construção da muralha do cais de atracação, dragagem do ancoradouro e balizamento do canal de acesso. As obras pararam com a Revolução de 1930 para serem retomadas em 1933. Somente em 1935 foi inaugurado oficialmente o Porto de Paranaguá.

Ao longo de sua história o terminal de embarque do litoral paranaense viveu os ciclos comerciais do ouro (1620-1720); da erva-mate (início do século 19 até 1930); da madeira (1920-1955) e do café (década de 60). A diversificação do Porto começou a ser observada a partir de 1967.

O terminal tem importância econômica e estratégica para o Paraná, sendo um fator de atração de investimentos para o Estado que está em plena fase de crescimento industrial e comercial; além de ser de fundamental importância para a circulação de mercadorias do MERCOSUL.

A este gigante que é o Porto de Paranaguá, orgulho do Estado paranaense, à sua administração e toda a sua equipe de trabalho, as congratulações do Poder Legislativo do Estado do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 258

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações e aplauso à Associação de Mulheres de Negócios e Profissionais de Curitiba (Rua XV de Novembro, 507, sala 621, Curitiba-PR), pelo lançamento da Campanha "Trabalho: Desafio do III Milênio".

Sala das Sessões, em 16.03.99.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

A Associação das Mulheres de Negócios e Profissionais de Curitiba lançou na semana passada a Campanha "Trabalho: Desafio do III Milênio". A Campanha vai até 1º de Maio (Dia do Trabalhador) quando mais de 100 empresas paranaenses deverão ter aderido à mesma.

A iniciativa da Associação vem de encontro a um grave problema da nossa atualidade - o desemprego que cresce a cada dia, atingindo não só os menos preparados, mas um grande número de pessoas que contam com especialização em sua área de atuação. Buscando amenizar a crise por que passa o mercado de trabalho, a Associação lançou esta campanha, que tem como principal objetivo sensibilizar os empresários e a sociedade em geral a colaborar da melhor forma possível para minimizar o problema do desemprego. O projeto visa também incentivar, dar conhecimento e disponibilizar ao trabalhador urbano e rural os recursos para sua qualificação e desenvolvimento profissional.

A Campanha tem o apoio do Governo do Estado, através da Secretaria Municipal de Curitiba, através da FAS, da Câmara Municipal de Curitiba, Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP), Federação do Comércio do Paraná, Associação Comercial do Paraná e da Associação das Mulheres de Negócios e Profissionais de Curitiba.

Pela brilhante iniciativa, que, com certeza serve de exemplo a toda sociedade paranaense, receba a Associação das Mulheres de Negócios e Profissionais de Curitiba, sob a Presidência da Sra. Suzana Slaviero, os votos de congratulações e aplauso do Poder Legislativo do Estado do Paraná

REQUERIMENTO Nº 259

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de aplauso e congratulações à empresa Bosch (Av. J. K. Oliveira, 11.800 - Cidade Industrial de Curitiba), pela doação de R\$18.000,00 (dezoito mil reais), ao Fundo Municipal da Criança de Curitiba.

Sala das Sessões, em 16.03.99.

(a) ALGACI TÚLIO

**JUSTIFICATIVA:**

A Empresa Bosch efetuou na última semana uma doação de recursos no valor de R\$18.000,00 (dezoito mil reais) para o Fundo Municipal da Criança. Esta doação que faz parte da Campanha "Troque o Leão por uma Criança" será aplicada na construção de um abrigo para ex-menores de rua.

As contribuições, através desta Campanha (Troque o Leão por uma Criança) são dedutíveis do Imposto de Renda de acordo com os percentuais determinados pela lei. Com este recurso o Fundo poderá ampliar os programas de atendimento à criança.

A Bosch, preocupada com a situação das crianças em nosso país e mais ainda com as crianças da nossa cidade, vem com este gesto, contribuir com a sua parte para a melhoria do atendimento dos menores.

A ação social é uma responsabilidade de todos nós. À Bosch, que deu um exemplo de cumprimento de dever social, os votos de aplauso e congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

**REQUERIMENTO Nº 260**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja registrado em Ata dos trabalhos desta Casa, voto de congratulações à Diretoria e equipe de profissionais do CAIF - Centro de Atendimento Integral ao Fisurado Labiopalatal, localizado à Avenida República Argentina nº 4334, nesta Capital, na pessoa do Dr. Lauro Consentino Filho, pela meritória iniciativa no sentido de viabilizar a criação do Hospital da Face.

Sala das Sessões, em 16.03.99.

(a) CAÍTO QUINTANA

**JUSTIFICATIVA:**

Conhecidas popularmente como lábio leporino, as fissuras labiopalatais, caracterizam-se por aberturas ou descontinuidade das estruturas do lábio ou do "céu da boca".

As causas podem estar relacionadas a fatores genéticos, porém, na maioria das vezes decorrem de infecções virais, deficiências nutricionais, anticonvulsivantes, agrotóxicos e herbicidas.

O Centro de Atendimento Integral ao Fisurado Labiopalatal (CAIF), que funciona junto ao Hospital do Trabalhador do Portão, tem atendido inúmeros casos, inclusive de outros Estados, realizando uma média de seis cirurgias corretivas por dia. Ao longo do tratamento, diversas cirurgias são realizadas em um mesmo paciente, a última por volta dos 17 anos, quando se encerra o crescimento da face.

Ontem, lendo matéria publicada na "Gazeta do Povo", tivemos conhecimento de que estão sendo desenvolvidas negociações para a criação do Hospital da Face, ainda este ano, cujas obras estariam sendo projetadas no Hospital São Roque, em Piraquara.

Por isso, entendemos válido que esta Casa manifeste apoio por meio de voto de congratulações à Diretoria do CAIF, extensivo à equipe de aproximadamente 60 profissionais, daquele Centro, que vem se dedicando a essa obra de elevado alcance social.

**REQUERIMENTO Nº 224**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Secretário de Estado dos Transportes, Heinz Georg Herwig, solicitando a interferência daquela Pasta, junto ao Consórcio Rodovia das Cataratas, para que imediatamente seja construído um trevo da BR-277 na confluência com a PR-471 que dá acesso ao Município de Catanduvas, Três Barras do Paraná e Quedas do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 16.03.99.

(a) NEREU MOURA

**JUSTIFICATIVA:**

Recentemente o Governador Jaime Lerner inaugurou a pavimentação do trecho entre Três Barras do Paraná e Quedas do Iguaçu. Agora essa estrada liga a região Oeste e Sudoeste do Paraná, tornando-se com a conclusão daquele trecho, uma importante via de escoamento de produção. Nem precisa enumerar que houve um aumento vigoroso de tráfego de veículos, especialmente, tendo em vista que ir do Oeste ao Sudoeste ou vice-versa, a distância foi bruscamente encurtada.

Hoje as condições existentes são precárias. Apenas foi realizado um alongamento na pista da BR-277, para que os veículos possam fazer o contorno e a possibilidade de acidentes aumentou consideravelmente, até porque, a região no período de inverno, normalmente é tomada por neblina, dificultando a visibilidade. Já que o Governo Estadual, fez pesados investimentos para pavimentar o restante da estrada, nada mais justo que, seja concluído o trevo, para evitar o ceifamento de vidas, por isso estamos pedindo o apoio à essa colenda Casa de Leis.

**REQUERIMENTO Nº 263**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente ao Doutor Francisco Sérgio Turra, Exce-

lentíssimo Senhor Ministro da Agricultura e do Abastecimento, manifestando integral apoio às reivindicações para o crédito rural, quanto ao credenciamento do Banco Cooperativo SICREDI S/A pelos benefícios que trará à agricultura dos Estados do Paraná, Rio Grande do Sul, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Lembramos que o período de contratação de operações se inicia no próximo mês de abril, estendendo-se até novembro incluindo-se as culturas de inverno e verão dos quatro Estados que integram o SICREDI.

Sala das Sessões, em 16.03.99.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

#### REQUERIMENTO Nº 268

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Secretário de Estado da Segurança Pública, Senhor Cândido Manoel Martins de Oliveira, solicitando providências e rigor nas apurações do crime cometido contra a jovem Cintia Regina dos Santos, residente na rua Gilberto Gutierrez Guimarães Beltrão, 02, no Bairro do Pinheirinho, nesta Capital, de forma exemplar, para que não aumentem os crimes desta natureza, em nossa Capital.

Sala das Sessões, em 16.03.99.

(a) HIDEKAZU TAKAYAMA

#### REQUERIMENTO Nº 227

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, informações da Secretaria de Estado da Educação (FUNDEPAR) sobre o convênio firmado com o Município de Marechal Cândido Rondon, para reparos na Escola Municipal Antonio Rockembach.

Sala das Sessões, em 16.03.99.

(a) ADEMIR BIER

#### REQUERIMENTO Nº 228

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, informações da Secretaria de Estado dos Transportes, sobre o motivo da paralisação da pavimentação asfáltica que liga os Municípios de Coronel Vivida e Honório Serpa.

O Deputado requer ainda o cronograma de retomada e a previsão de conclusão da obra.

Sala das Sessões, em 16.03.99.

(a) ADEMIR BIER

JUSTIFICATIVA:

A pavimentação da referida rodovia teve início em 1994, sofrendo várias paralisações nos últimos 05 (cinco) anos, tendo sido a última no mês de outubro de 1998. A rodovia, numa extensão total de cerca de 30 (trinta) quilômetros, está na fase final, faltando apenas a colocação da camada asfáltica para que seja concluída.

As comunidades dos Municípios de Coronel Vivida e de Honório Serpa estão sendo prejudicadas devido à paralisação da obra e temem que a parte já concluída seja danificada pela ação do tempo.

#### REQUERIMENTO Nº 229

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, da Secretaria de Estado dos Transportes, informações sobre a pavimentação asfáltica do acesso ao abatedouro de aves da COOPERVALE, no Município de Palotina, numa extensão de 2,5 quilômetros.

Sala das Sessões, em 16.03.99.

(a) ADEMIR BIER

#### REQUERIMENTO Nº 264

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUEREM envio de pedido de informações ao Secretário de Estado dos Transportes, Senhor Heinz Georg Herwig, solicitando o que segue, tendo em vista matérias publicadas nos veículos de comunicação do Estado, no decorrer do ano de 1999.

01 - Quais os valores totais (em R\$), arrecadados por cada praça de pedágio, distribuído em toda a extensão do Anel de Integração, da sua implantação até a presente data?

02 - Quais os valores totais (em R\$), arrecadados por cada lote, no Anel de Integração, da sua implantação até a presente data?

03 - Qual o gasto com pessoal, (em R\$), mês a mês das concessionárias, desde sua implantação até a atual data?

04 - Qual o montante gasto pelas concessionárias (em R\$), na recuperação dos lotes do Anel de Integração, desde sua implantação até a atual data?

05 - Qual o gasto mensal das concessionárias com o Serviço de Atendimento ao Usuário (SAU), desde sua implantação até a presente data?

06 - Quanto foi arrecadado pelas concessionárias que compõe o Anel de Integração, mês a mês, em seus respectivos lotes e por praça de pedágio, antes da redução do valor das tarifas em 50% (cinquenta por cento)?

07 - Quanto foi arrecadado pela concessionárias que compõe o Anel de Integração, mês a mês, em seus respectivos lotes e por praça de pedágio, após a redução das tarifas em 50% (cinquenta por cento)?

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o Regimento desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 16.03.99.

(aa) ADEMIR BIER, EDSON STRAPASSON, WALDYR PUGLIESI, CAÍTO QUINTANA, HERMES FONSECA, ANTONIO ANNIBELLI, JOSÉ MARIA FERREIRA e NEREU MOURA.

#### REQUERIMENTO Nº 266

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER seja enviado correspondência ao Senhor Reinhold Stephanes, Presidente do Banco do Estado do Paraná, solicitando esclarecimentos quanto ao Edital DIRAD/DIPES/028/98 objeto da notícia no periódico "Trovão Azul", que circulou no dia 15.03.99, principalmente no que concerne aos seguintes itens:

01 - Se já foi homologada a licitação?

02 - Se já foi procedida a adjudicação do imóvel?

03 - Porque no Edital de Licitação, na Minuta do Contrato, na Cláusula 2ª, § 1º - V, se consignou que o imóvel será vendido com "Pacto Comissório - pró-soluto"?

04 - A venda está vinculada à Convênio assinado com a Prefeitura Municipal de Curitiba - COHAB - para viabilização de Projeto de Loteamento Social, portanto será local de residência de várias família. Como ficará a situação em eventual falta de pagamento por parte da Loteadora?

05 - Procede a informação no periódico "Trovão Azul" de que a empresa vencedora se habilitou dia 21.12.98 com cheque sem fundos?

06 - O que a Comissão de Licitação fez para apurar o assunto?

07 - A Comissão de Licitação registrou em Ata a retirada estratégica da vencedora?

08 - A COHAB em algum momento da propositura do certame licitatório foi consultada a fim de estabelecer as condições técnicas para eventuais proponentes sobre a execução do loteamento objeto da licitação e do convênio?

Sala das Sessões, em 16.03.99.

(a) NELSON GARCIA

## Projetos de Lei:

#### PROJETO DE LEI Nº 072/99

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Comunitária da Vila dos Ofícios Laranjeiras, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.03.99.

(a) ANIBAL KHURY

#### JUSTIFICATIVA:

Fundada em 23 de janeiro de 1996, com sede na Rua Coronel Wallace Scott Murray, 1035, Bairro Santa Cândida, em Curitiba a "Associação Comunitária da Vila dos Ofícios Laranjeiras, uma entidade de caráter assistencial, sem finalidade lucrativa, político-partidária ou religiosa. Foi criada com o objetivo de promover e contribuir para a formação e desenvolvimento da vida comunitária dos moradores da Vila dos Ofícios Laranjeiras, bem como, estudar as condições sociais, econômicas, sanitárias, assistências entre outras.

Pela sua proposta de grande alcance social, contamos como apoio dos Nobres Pares para a aprovação do presente projeto de Lei.

#### PROJETO DE LEI Nº 073/99

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a criar o Escritório Regional da Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família, com sede no Município de Apucarana e com abrangência nos Municípios de Califórnia, Marilândia, Rio Bom, Mauá, Faxinal, Jardim Alegre, Ivaiporã, Lidianópolis, Cambira, Jandaia do Sul, Marumbi, Kaloré, Borrazópolis e Novo Itacolomi.

Art. 2º - O Poder Executivo adotará medidas para sua implantação no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da publicação da presente Lei.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.03.99.

(a) ANIBAL KHURY

#### JUSTIFICATIVA:

O Presente Plano de Lei tem como atribuição inconstitucional a formulação de política de assistência social que priorize ações de caráter emancipador voltados aos segmentos da população



excluídos de acesso aos serviços essenciais, diminuindo ações assistencialistas e possibilitando a ampliação de atividades produtivas.

Diante do exposto, contamos com o apoio dos nobres Pares a presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 074/99  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar o Curso de Direito na Faculdade de Ciências Econômicas de Apucarana.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.03.99.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

Esta proposição visa atender aos anseios dos jovens que vivem em Apucarana e nos municípios vizinhos, os quais buscam uma formação profissional de nível superior, encontrando no Curso de Direito melhores perspectivas para o mercado de trabalho.

Diante do exposto, contamos com o apoio dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis ao referido projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 075/99  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica concedido o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Professor Newton Carneiro Affonso da Costa.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.03.99.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

A notável obra e atividades acadêmicas do professor Newton Carneiro Affonso da Costa, fizeram deste curitibano, nascido em 16 de setembro de 1929, uma legenda na área cultural no nosso Estado, no Brasil e no mundo inteiro.

Newton da Costa, a partir de 1963, foi professor catedrático na Universidade Federal do Paraná. Em 1971, foi nomeado professor titular do Instituto de Matemática e Estatística da Universidade de São Paulo e, em 1991, professor titular de lógica do Departamento de Filosofia da Facul-

dade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas desta mesma Universidade. No Brasil, lecionou em diversas instituições, a saber, a Universidade Federal do Paraná, o Instituto de Matemática e Estatística da Universidade de São Paulo, a Universidade Estadual de Campinas, a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e, atualmente, ensina no Departamento de Filosofia da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo. Foi professor visitante, conferencista ou pesquisador em várias instituições da Austrália, na Europa, nos Estados Unidos e na América Latina, como por exemplo: Universidade de Paris, Louvain, Varsóvia, Califórnia (Berkeley e Los Angeles), Stanford, Nacional da Austrália, Buenos Aires, Católica do Chile e Nacional Autônoma do México, bem como nas Academias de Ciências da Polônia, da Bulgária e da União Soviética.

Possui cerca de 200 artigos, notas e resumos publicados em revistas internacionais, tais como (entre outras): *Comptes Rendus da Academia de Ciências de Paris*, *Proceedings da Academia de Ciências da Holanda*, *The Journal of Symbolic Logic*, *Mathematische Zeitschrift*, *Internacional Journal of Theoretical Physics*, *Foundations of Physics*, *Erkenntnis*, *Synthese*, *Philosophy of Science*, *American Philosophical Quarterly*, e *British Journal for the Philosophy of Science*. Editou também vários livros, publicados pela North-Holland e Marcel Dekker. Seus Trabalhos têm sido traduzidos para o russo, o búlgaro, o italiano, o espanhol e o chinês.

Desde 1986, é o Coordenador da área de Lógica e Filosofia da Ciência do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo.

Recebeu ainda o Prêmio Moinho Santista, em 1993, por suas contribuições à área (ciências exatas). Também nesta mesma área (ciências exatas), recebeu, em 1994, o Prêmio Jabuti, por seu livro *Lógica Indutiva e Probabilidade* (publicado pela HUCITEC em 1993).

É membro titular do Instituto Internacional de Filosofia de Paris desde 1989, e de diversas academias, como a Academia de Ciências do Estado de São Paulo e a Academia de Ciências do Chile.

Em 1983, Karl Popper e um de seus discípulos, David Miller, publicaram uma carta, em *Nature*, "provando" (entre controversas aspas) a impossibilidade de uma probabilidade indutiva. Da enxurrada de artigos que se seguiu, contrários à pretensa demonstração popperiana, apenas um, no entender do próprio Popper, constituía uma réplica que de fato poderia abalar seu argumento. Seu autor; Newton da Costa.

Engenheiro (por formação), matemático (por habilidade), lógico (por interesse) e filósofo (pela natureza de muitas investigações) Newton da

Costa, ao longo de quatro décadas, tem apresentado contribuições extremamente originais a diversos domínios de conhecimento, examinando desde questões ligadas à lógica matemática até problemas vinculados aos fundamentos da física.

Assim sendo, esperamos contar com o apoio dos Nobres para a aprovação da presente lei.

PROJETO DE LEI Nº 076/99  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Apoio à Criança Carente - ACRICA, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.03.99.

(a) ANIBAL KHURY

**JUSTIFICATIVA:**

A Associação de Apoio à Criança Carente foi fundada com o objetivo de procurar proporcionar uma melhoria de vida à criança carente e, depois de quase uma década de vida, temos que esse objetivo foi cumprido com um expressivo sucesso.

Assim sendo, esperamos contar com o apoio dos Nobres Pares para a aprovação da presente lei.

PROJETO DE LEI Nº 077/99  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - O servidor público será aposentado com os valores do respectivo cargo em comissão que estiver exercendo ou exercido, nos seguintes casos e situações:

I - ter exercido o cargo em comissão por um período não inferior a sete anos consecutivos ou alternados;

II - a aposentadoria se dará no cargo de valor mais elevado, e desde que exercidos por período igual ou superior a trinta e seis meses;

III - nos outros casos, o cálculo para a incorporação para efeitos de aposentadoria será feito com base no percentual médio recebido pelo exercício dos cargos em Comissão.

Art. 2º - A gratificação pela prestação de serviços em regime de tempo integral e dedicação exclusiva será incorporada aos proventos das aposentadorias, desde que o servidor conte no mínimo com três (03) anos ininterruptos ou (05) cinco alternados no mesmo regime.

Parágrafo Único - O cálculo para a incorporação será feito com base no percentual médio recebido nos últimos trinta e seis meses em que o servidor prestou serviços sob esse regime, vedada a percepção cumulativa com o disposto no artigo 1º desta Lei.

Art. 3º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a proceder a implantação do disposto nesta Lei que entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.03.99.

(a) BETO RICHA

**JUSTIFICATIVA:**

O presente Projeto de Lei visa autorizar o Chefe do Poder Executivo a proceder a necessária adequação da aposentadoria dos atuais servidores públicos do Estado do Paraná.

A atual legislação estadual tem trazido dificuldades e interpretações até diversificadas no tocante à aposentadoria dos servidores que exercem cargos e funções em regime de dedicação exclusiva, sendo pois necessário restabelecer os princípios da legislação já consolidada anteriormente.

A aprovação do Projeto de Lei trará benefício à estruturação do serviço público paranaense.

PROJETO DE LEI Nº 078/99  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica autorizado o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e da Universidade Estadual de Ponta Grossa a firmar convênio com o Município de Wenceslau Braz, para, sob a forma de Campus Avançado da UEPG, implantar os cursos de Ciências Contábeis, Pedagogia e Letras.

Art. 2º - Caberá ao Município de Wenceslau Braz, entre outras obrigações, destinar o espaço físico para a implantação do Campus Avançado, que ficará sob a responsabilidade da Universidade Estadual de Ponta Grossa, bem como arcar com os encargos financeiros dos deslocamentos e estada dos professores.

Art. 3º - Fica autorizado o Poder Executivo, através da Universidade Estadual de Ponta Grossa, a contratar em caráter temporário, através de testes seletivos, os professores necessários à implantação dos cursos mencionados na presente Lei.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.03.99.

(a) BETO RICHA

JUSTIFICATIVA:

O ensino superior é fundamental para o desenvolvimento sócio-econômico do País e o seu acesso precisa ser facilitado a todos, principalmente aos que vivem no interior, distantes das faculdades e universidades, que se concentram nas capitais e grandes centros urbanos.

Aqui, no Estado, esse quadro não é diferente, pois as nossas instituições de ensino superior estão implantadas nos maiores municípios, o que obriga os estudantes que concluem o 2º grau e que quiserem continuar seus estudos a abandonarem as famílias e os lares à procura de sua realização profissional.

Objetivando mudar este quadro, o Prefeito José Álvaro Gemin, do município de Wenceslau Braz, está oferecendo à Universidade Estadual de Ponta Grossa espaço físico e transporte aos professores para que instale em sua Cidade uma extensão universitária, sob a forma de Campus Avançado.

Para tanto, o Município deverá concluir ainda este ano uma ampla e moderna escola com dez salas de aula, biblioteca, dependências administrativas e refeitório, que serão destinados à UEPG, para ministrar cursos de nível universitário, grande sonho dos jovens e familiares que ali residem.

Segundo levantamento encaminhado pela Prefeitura de Wenceslau Braz, a extensão Universitária a ser ali instalada beneficiará, com ensino gratuito, estudantes de 15 (quinze) municípios que não ficam distantes 50 (cinquenta) quilômetros possibilitando-lhes estudar em sua região, não perdendo o convívio com seus familiares.

PROJETO DE LEI Nº 079/99

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a doar à Prefeitura Municipal de Jacarezinho o terreno e os imóveis de propriedade do Estado do Paraná, onde atualmente funciona o 6º Distrito do DER, registrado no Cartório de Registro de Imóveis, daquela Comarca, no livro 3 G, fls. 230, transcrição nº 6.291; Livro de Notas nº 123, fls. 47v-49; bem como no livro 2 Registro Geral, RI/3981, Protocolo 11.000.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.03.99.

(a) BETO RICHA

JUSTIFICATIVA:

O presente Projeto de Lei visa corrigir o disposto na Lei nº 12090 de 11 de março de 1998 que doou imóvel do Estado do Paraná para o Município de Jacarezinho. Entretanto, a referida Lei omitiu parte dos documentos para a efetivação da doação trazendo as dificuldades legais e administrativas de praxe. O Projeto ora apresentado corrige a omissão e restabelece o intento do Executivo já expresso na Lei indicada, por isso deverá merecer todo apoio desta Casa.

PROJETO DE LEI Nº 080/99

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a instituir a Agência de Controle e Regulação das Atividades Concedidas, com a finalidade de coordenar, regular e fiscalizar os serviços públicos prestados no Estado do Paraná e de sua competência ou a ele delegados por outros entes federados, objeto de privatizações, concessões, terceirizações e outras modalidades de gestão prestados por entidades e ou instituições públicas.

Art. 2º - A Agência de Controle e Regulação das Atividades Concedidas, atuará, entre outras, nas seguintes áreas:

I - energia elétrica, compreendendo a geração, transmissão e distribuição;

II - rodovias;

III - ferrovias;

IV - gás natural;

V - portos, aeroportos, hidrovias;

VI - água, saneamento, coleta e destinação de lixo;

VII - transporte coletivo estadual;

VIII - inspeção de segurança veicular.

Art. 3º - A Agência Estadual de Controle e Regulação das Atividades Concedidas elaborará Programas de Gestão mediante indicadores que permitam aferir os resultados em termos de quantidade e qualidade dos serviços e processos.

§ 1º - A Agência Estadual de Controle e Regulação das Atividades Concedidas elaborará Manual de Controle e Gestão estabelecendo as obrigações relativas ao poder concedente, aos concessionários, permissionários, e/ou terceirizados, e aos usuários, bem como as penalidades aplicáveis em caso de descumprimento das obrigações e determinações que vierem a ser estabelecidas pela Agência Estadual de Controle e Regulação das Atividades Concedidas.

§ 2º - Em caso de reincidência face as orientações da Agência Estadual de Controle e Regulação

das Atividades Concedidas, a instituição, empresa ou entidade concessionária ou prestadora de serviços sofrerá as sanções estabelecidas no Manual de Controle e Gestão.

Art. 4º - A Agência de Controle e Regulação das Atividades Concedidas poderá encaminhar ao Ministério Público e aos órgãos de defesa do consumidor petição solicitando providências para a apuração de infrações e/ou falhas, coletivas ou individuais, praticadas na prestação de serviços pelas empresas concessionárias, permissionárias, privatizadas e/ou outras modalidades.

Art. 5º - A instituição, empresa ou entidade concessionária ou prestadora de serviços poderá ter a concessão, permissão ou registros cassados no âmbito do Estado do Paraná, nos casos em que os serviços prestados não atinjam níveis qualitativos e quantitativos adequados ao atendimento das necessidades da população, mediante proposta da Agência Estadual de Controle e Regulação das Atividades Concedidas e devidamente fundamentadas encaminhadas ao Chefe do Poder Executivo.

Art. 6º - Compete ainda a Agência Estadual de Controle e Regulação das Atividades Concedidas:

I - cumprir e fazer cumprir, no Estado do Paraná a legislação e obrigações contidas nos contratos de privatizações, concessões terceirizações e/ou outras modalidades;

II - encaminhar ao Chefe do Poder Executivo proposta sobre os valores das tarifas dos serviços delegados;

III - orientar a confecção dos editais de licitação e homologá-los, objetivando a delegação de serviços públicos no Estado do Paraná;

IV - requisitar à administração pública, aos entes delegantes ou aos prestadores de serviços públicos delegados as informações convenientes e necessárias ao exercício de sua função reguladora;

V - moderar, dirimir ou arbitrar conflitos de interesse, no limite das atribuições desta Lei, relativos aos serviços sob a sua regulação;

VI - permitir o amplo acesso às informações sobre a prestação dos serviços públicos delegados e as suas próprias atividades;

VII - fiscalizar a qualidade dos serviços, por meio de indicadores e procedimentos amostrais;

VIII - aplicar sanções e multas decorrentes da inobservância da legislação vigente, ou por descumprimento de cláusulas dos contratos firmados com o Poder Público;

Parágrafo Único - Todas as obrigações, Edital e Minutas de Contrato objetivando a outorga de serviços públicos do Estado, deverão ser obrigatoriamente encaminhados a Agência Estadual de Con-

trole e Regulação das Atividades Concedidas, para a sua homologação.

Art. 7º - A Agência Estadual de Controle e Regulação das Atividades Concedidas para o perfeito desempenho de suas atividades contará com o apoio de todos os órgãos estaduais, podendo, respeitada a legislação pertinente celebrar convênios com órgãos da Administração Federal, Estadual e ou Municipal, e com entidades privadas, dentro dos encargos e atribuições estabelecidas nesta Lei.

Art. 8º - A Agência Estadual de Controle e Regulação das Atividades Concedidas ficará vinculada à Secretaria de Estado de Governo ou sucedânea.

Art. 9º - Fica autorizado o Poder Executivo a abrir rubrica e proceder remanejamentos orçamentários até o valor de 0,02% (zero vírgula dois por cento) do Orçamento Geral do Estado para custear o funcionamento da Agência Estadual de Controle e Regulação das Atividades Concedidas.

Art. 10 - O Estado do Paraná deverá garantir o funcionamento da Agência, podendo inclusive colocar, mediante solicitação, servidores e outros meios à sua disposição.

Art. 11 - A estrutura e competência interna da Agência Estadual de Controle e Regulação das Atividades Concedidas bem como as atribuições de seus integrantes, exceto as previstas nesta Lei, serão elaboradas e aprovadas pelos seus conselheiros.

Art. 12 - Todos os Atos da Agência Estadual de Controle e Regulação das Atividades Concedidas, para sua validade, deverão ser publicadas no Diário Oficial do Estado.

Art. 13 - A Agência Estadual de Controle e Regulação das Atividades Concedidas será composta de um Conselho Deliberativo e um Diretor Geral, que será indicado pelo Poder Executivo, com mandato de dois anos, permitida uma recondução.

§ 1º - Caberá ao Diretor Geral executar todas as deliberações aprovadas pelo Conselho Deliberativo, exercendo, se for o caso, o voto de qualidade.

§ 2º - Ao Diretor Geral ficarão subordinados os funcionários e servidores da Agência Estadual de Controle e Regulação das Atividades Concedidas.

Art. 14 - O Conselho Deliberativo constituído de 17 (dezessete) membros, e respectivos suplentes serão nomeados por ato próprio do Chefe do Poder Executivo e indicados nos termos desta lei:

a) 03 (três) membros indicados pelo Chefe do Poder Executivo sendo um deles o seu Diretor Geral;

b) 03 (três) membros ligados a Sindicatos e entidades não governamentais ligadas as áreas de abrangência da Agência Estadual de Controle e Regulação das Atividades Concedidas;

c) 03 (três) membros indicados pelo Poder Legislativo;

d) 02 (dois) membros indicados pelo Poder Judiciário;

e) um membro do Ministério Público;

f) 03 (três) membros indicados respectivamente, pela Federação das Indústrias do Estado do Paraná, pela Federação do Comércio do Paraná e um pela Organização das Cooperativas do Estado do Paraná;

g) 01 (um) membro indicado pela Ordem dos Advogados do Brasil Seção Paraná;

h) 01 (um) membro indicado por organização ligada a área de defesa dos direitos do consumidor.

Art. 15 - O mandato dos Conselheiros e respectivos suplentes será de 02 (dois) anos, permitido uma recondução.

Art. 16 - O Conselho reunir-se-á ordinariamente, na primeira semana do mês e extraordinariamente, sempre que convocado pelo Diretor Geral através de comunicado por escrito aos seus componentes com antecedência mínima de 03 (três) dias ou quando convocado por um terço de seus membros.

Art. 17 - Compete à Agência Estadual de Controle e Regulação das Atividades Concedidas elaborar o seu regimento interno.

Art. 18 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.03.99.

(a) BETO RICHÁ

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa dar transparência e legitimidade às ações desenvolvidas pelas entidades e órgãos no que diz respeito aos serviços públicos terceirizados, privatizados, concedidos, permitidos ou outras modalidades de gestão.

A moderna administração pública não se vincula à ação direta dos serviços, mas sim ao controle da gestão de serviços e obras em benefício da sociedade como um todo.

Assim, a Agência Estadual de Controle e Regulação das Atividades Concedidas terá papel fundamental na afirmação democrática, na qualidade dos serviços e obras e no atendimento às

necessidades da população do Estado do Paraná e mesmo na defesa dos interesses da justiça e do bem comum.

Tendo em vista a elevada importância da matéria, sou sabedor de que o presente Projeto de Lei receberá o apoio necessário desta colenda Casa.

PROJETO DE LEI Nº 081/99

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a enquadrar os funcionários públicos civis detentores de cargo Técnico. Classe III e II nas funções de nível universitário do Quadro Geral do Estado, na forma que segue:

I - Se os portadores de certificados de especialização emitido por ou através de órgão/unidade de capacitação e/ou treinamento governamental, com duração mínima de 500 horas, ou curso de pós graduação inclusive na modalidade especialização e nos termos da legislação universitária, serão enquadrados na Classe I, referência de valor imediatamente superior a ora ocupada, a partir da qual avançarão uma referência por cada dois anos de efetivo em cargo Técnico.

II - Na Classe II, na mesma referência ora ocupada a partir da qual avançarão uma referência por cada dois anos de efetivo exercício, os funcionários ocupantes de cargo Técnico e a dez anos no Cargo e na Classe III.

III - Na Classe I, na mesma referência, os funcionários ocupantes de cargos Técnicos e a dez anos no cargo e na classe II, a partir da qual avançarão uma referência por cada dois anos de efetivo exercício.

Art. 2º - Os servidores técnicos que não preencherem os requisitos estipulados nos artigos anteriores, avançarão uma referência por cada dois anos de exercício, a contar do ano da última promoção.

Parágrafo Único - Os servidores que estiverem na classe I e referência 11 receberão até cinco novas referências, sendo uma para cada dois anos no Cargo.

Art. 3º - Em função da titulação que possuírem os ocupantes de Cargos Técnicos, Classes I, II, III, nas funções de nível universitário, perceberão mensalmente gratificação de incentivo, sobre o vencimento básico de sua classe/nível salarial, conforme abaixo especificado:

I - 15% (quinze por cento) quanto portadores de título de especialização com duração mínima de 360 horas, conferido por Instituição de Ensino Supe-

rior reconhecida ou por Instituição de Treinamento Governamental.

II - 30% (trinta por cento) quando portadores de título de mestre.

III - 50% (cinquenta por cento) quando portadores de título de doutor.

Parágrafo Único - A gratificação de incentivo exclui-se do limite máximo de remuneração de servidores civil ou militar de que trata a Lei nº 11.071/95, para fins do Artigo 27 da Constitucional Estadual.

Art. 4º - Os demais servidores de outras classes e que não se enquadrarem no disposto desta lei serão promovidos com uma referência a cada dois anos de efetivo exercício, e no caso de terem atingido a referência 11 de sua respectiva Classe, serão promovidos para a classe e referência imediatamente superior, exceto no caso em que não cumprirem os requisitos para o Cargo e Classe superior, receberão uma referência por cada dois anos de exercício no cargo.

Parágrafo Único - Caso o servidor tenha atingido a referência 11 da respectiva Classe e Cargo a que pertence, será promovido em até cinco novas referências, sendo uma para cada dois anos de efetivo exercício.

Art. 5º - Fica incorporada aos vencimentos dos cargos de Técnico, Classes III, II e I a verba de representação concedida pela Lei nº 11.714/97.

Art. 6º - A comprovação dos requisitos de que tratam os artigos anteriores, será feita perante o Grupo de Recursos Humanos da Pasta de exercícios ou lotação do servidor.

Art. 7º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a contar da mesma data, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.03.99.

(a) BETO RICHA

#### JUSTIFICATIVA:

Através de comprovados estudos e detalhadas análises técnicas, várias distorções salariais foram constatadas junto à carreira Técnica de Nível Superior do Estado e mesmo dos servidores de outras classes. Ao mesmo tempo em que alguns servidores do Quadro Técnico, qualificados conforme exigências do Poder Executivo Estadual, permanecem ainda, enquadrados em início de carreira, e que vêm sendo prejudicados ao longo do tempo quando da ocorrência de promoções, ascensões e enquadramento, servidores outros com os mesmos requisitos ou até, sem nenhum dos requisitos exigidos, atingiram final de carreira técnica, caracterizando, sobremaneira, diferenças alarmantes dos

critério utilizados ao reenquadramento dos funcionários estaduais que preenchem aqueles requisitos fundamentais para obtenção do mérito, ou seja, contam com efetivo tempo de serviço e exigida qualificação profissional.

Então, considerando-se experiência e qualificação, requisitos esses imprescindíveis para avanço e progressão nas carreiras funcionais, caracteriza-se como questão de mérito e justiça o Projeto de Lei apresentado, pois corrigirá sérias distorções e desvios funcionais, injustas ocorrências do Executivo Estadual.

A Gratificação de Incentivo a exemplo do efeito dinâmico e motivador que tem surtido junto ao Magistério Superior Estadual, resulta uma maior qualidade de serviços prestados à sociedade. Esta é o motivo, aliado à isonomia de mérito num mesmo nível de trabalho, que justifica a sua atribuição aos funcionários técnicos e, por isso, proposição do projeto de lei apresentado.

#### PROJETO DE LEI Nº 083/99

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica assegurada a distribuição gratuita de medicamentos e insumos destinados ao tratamento e controle aos diabéticos carentes residentes no Estado do Paraná.

Parágrafo Único - Consideram-se pessoas carentes aquelas cuja renda familiar seja igual ou inferior a três salários mínimos.

Art. 2º - Para os efeitos desta lei, a "cesta básica" dos medicamentos e insumos, a serem distribuídos nas unidades de saúde, compreende os seguintes:

- I - insulina;
- II - antidiabéticos orais;
- III - reagentes para exames;
- IV - seringas para a aplicação de insulina;
- V - fitas reagentes;
- VI - adoçantes dietéticos;

Art. 3º - As despesas decorrentes da implementação desta lei correrão por conta de dotação orçamentária a ser incluída na Secretaria de Estado da Saúde do Estado do Paraná.

Art. 4º - Fica autorizado o Estado do Paraná a celebrar convênios para atender o disposto na presente lei.

Art. 5º - O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da sua publicação.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.03.99.

(a) BETO RICHIA

JUSTIFICATIVA:

É extremamente expressivo, somando algumas centenas de milhares, o número de diabéticos no Estado do Paraná, boa parte dos quais carece de recursos para fazer face ao tratamento que os manterá vivos e saudáveis.

O elevado custo dos medicamentos, em especial a insulina, consumida em doses diárias, quase torna proibitivo o seu uso pelas camadas sociais mais pobres.

Não bastasse, há também gastos de expressivo montante com a aquisição de seringas, antidiabéticos orais, adoçantes etc., despesas continuamente repetidas que oneram modestos orçamentos domésticos em si já deficitários.

Considerando que a saúde é um direito de todos e um dever do Estado, entendemos que o Estado do Paraná, que se inscreve entre as unidades federativas de maior desenvolvimentos econômico e social, dispõe de recursos para chamar a si a meritória tarefa de propiciar a distribuição dos medicamentos, em particular da insulina e dos antidiabéticos orais, e ainda das seringas, aos diabéticos carentes, modo e maneira de contribuir para que vidas preciosas sejam poupadas.

A aprovação deste projeto de lei com certeza ajudará no resgate da imensa dívida social que todos contraímos para com irmãos nossos de menor poder aquisitivo, portadores de enfermidade que tantas vítimas faz, e que pode ser perfeitamente controlada mediante o uso correto dos medicamentos necessários.

PROJETO DE LEI Nº 84/99

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica denominada de Prefeito Darcísio Grassi, a rodovia-474, no trecho da BR-277 ao Município de Campo Bonito-PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas às disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.03.99.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Darcísio Grassi, há tempos atrás, deixou o Estado do Rio Grande do Sul, para residir no Oeste paranaense, mais praticamente em Campo Bonito, na época distrito de Guaraniaçu e hoje pujante

Município, graças ao trabalho deste homem sério e honrado.

Pioneiro da localidade teve participação destacada em todos os setores. quer como líder comunitário apoiando e contribuindo com as pessoas menos favorecidas pela sorte.

Como homem de negócios, portou-se com honradez ímpar. Na vida pública, como primeiro prefeito do Município, deixou uma marca impagável. Construiu os alicerces para fundamentar em bases sólidas Campo Bonito.

Sua ação é inquestionável em todos os aspectos. Bom pai de família, esposo leal, cidadão bem feitor. Crente em Deus, colocou sempre a questão espiritual acima de coisas terrenas.

O câncer, esta amedrontadora doença, tirou este grande homem da vida terrena e o levou a planos superiores. Pelo seu brilhante trabalho desenvolvido na terra, por certo ele descansa na absoluta paz, pois tem a consciência tranqüila ao dever cumprido.

O presente Plano de Li, sendo sancionado, certamente fará com que a população que trafegar na PR-474 lembre-se daquele homem que nos deixou exemplos a serem seguidos. Desta forma a Assembléia Legislativa cumpre, mais uma vez, com o seu dever rendendo justas homenagens àqueles que fizeram por merecer.

PROJETO DE LEI Nº 85/99

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

1º - As empresas distribuidoras de medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos, farmácias, drogarias e similares poderão atuar no território do Estado do Paraná, obedecidas as disposições desta Lei.

Art. 2º - O comércio, a dispensação, a representação ou distribuição e a importação ou exportação de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos, assim como produtos dietéticos, suplemento alimentares, vitaminas serão exercidos somente por empresas e estabelecimentos licenciados e cadastrados pelos órgãos sanitários e de defesa do consumidor do Estado do Paraná e dos Municípios.

§ 1º - Os estabelecimentos farmacêuticos e outros previstos na legislação que adquirirem medicamentos ou suplementos alimentares e vitaminas de empresas distribuidoras com sede fora do Estado do Paraná deverão necessariamente exigir destas, comprovantes de registro cadastral junto aos órgãos sanitários e de defesa do consumidor do Estado do Paraná.

§ 2º - Os estabelecimentos comerciais, previstos nesta Lei, deverão conservar as notas fiscais e outros documentos referentes à transação comercial para todos os efeitos de fiscalização dos órgãos de defesa do consumidor e de vigilância sanitária e encaminharão a cada 03 (três) meses relatório contendo o nome dos distribuidores de quem adquiriram produtos.

Art. 3º - Para obtenção inicial e renovação de Alvará Sanitário e Registro Cadastral junto à autoridade de Defesa do Consumidor serão exigidos, entre outros, os seguintes documentos:

a) requerimento dirigido aos órgãos de vigilância sanitária estadual ou municipal, e de defesa do consumidor, solicitando licença inicial contendo os dados completos da empresa, inclusive o C.G.C., assinado pelo responsável técnico e pelo representante legal;

b) Contrato Social ou Declaração de firma individual, registrado na Junta Comercial e visado pelo Conselho Regional de Farmácia do Estado do Paraná;

c) Livros ou Fichas de Registro de controle de psicotrópicos e outros medicamentos nos termos da legislação em vigor;

d) Contrato de Trabalho com farmacêutico na função de responsável técnico e visado pelo Conselho Regional de Farmácia do Estado do Paraná;

e) Livro de Receituário;

f) Termo de vistoria da autoridade sanitária e de defesa do consumidor.

Art. 4º - Nenhum representante ou distribuidor de medicamentos, produtos e insumos farmacêuticos, suplementos alimentares e de vitaminas, poderá atuar no âmbito do Estado do Paraná sem o correspondente Certificado de Autorização para Venda, contendo prazo de validade, fornecido pelo fabricante do produto.

Parágrafo Único - Cópia do Certificado de Autorização para Venda deverá ser encaminhado aos órgãos de Defesa do Consumidor e de Vigilância Sanitária.

Art. 5º - O Registro Cadastral e o Alvará Sanitário deverá ser renovado anualmente, nos termos de regulamentação própria.

§ 1º - A concessão de Licença Inicial bem como a renovação somente serão concedidas após a verificação do cumprimento das condições sanitárias e de qualidade exigidas pelo Estado ou Município.

§ 2º - Os órgãos de Defesa do Consumidor e de Vigilância Sanitária poderão celebrar convênios com Institutos Especializados ou Instituição de ensino Superior para auxiliar no cumprimento do disposto no parágrafo 1º, do artigo 5º desta Lei.

Art. 6º - O Registro Cadastral e o Alvará Sanitário poderão ser suspensos, ou cassados no interesse da saúde pública, mediante despacho da autoridade sanitária ou de defesa do consumidor, observados os preceitos do processo administrativo.

§ 1º - A suspensão ou cassação definitiva de registro não exime a ação policial e ou judicial correspondente, nos casos de ilícito contra a saúde e a economia popular.

§ 2º - As empresas distribuidores e ou representantes comerciais consideradas inaptos temporariamente ou de forma definitiva, serão cadastradas em registro próprio e o seu inteiro teor encaminhado aos Ministérios da Saúde e da Fazenda, bem como para as autoridades policiais e ao Ministério Público para as providências necessárias.

§ 3º - O Ministério Público deverá ser comunicado em qualquer circunstância acerca de eventuais ilícitos praticados contra a saúde e a economia popular.

Art. 7º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.03.99.

(a) BETO RICHA

JUSTIFICATIVA:

O presente Projeto de Lei visa dar melhores condições de controle por parte da sociedade no referente aos medicamentos, suplementos alimentares e vitaminas.

Temos assistido nos últimos tempos a um aumento considerável na distribuição e venda de medicamentos, insumos farmacêuticos e vitaminas para a população que busca até, em muitos casos, de forma ávida de saúde e bem-estar.

Se bem que a carta Magna garanta o livre comércio no país, também é verdadeiro que estipula a necessária autonomia aos entes federados. Mais ainda, garante como princípio elementar da vida social e jurídica, a preservação e defesa a própria vida.

Ora, torna-se patente que os medicamentos, insumos farmacêuticos e vitaminas, bem como os denominados produtos de complemento alimentar estão diretamente ligados à preservação, manutenção e recuperação da saúde e da qualidade de vida.

Assim, é da competência do Poder Público vigiar pela autenticidade dos conteúdos e da procedência dos produtos.

Tal competência lhe é conferida pelo Estado Democrático. Longe imaginar-se um cerceamento à livre iniciativa, mas um controle efetivo que garanta a qualidade e a preservação da espécie humana e dos negócios empreendidos pelos cidadãos imbuí-



dos do verdadeiro espírito do comércio e da prestação de serviço.

Ademais, nunca é exagerado afirmar-se que na atual conjuntura em que temos assistido à distribuição e venda de medicamentos com conteúdos falsos, prejudicando e provocando a morte de cidadãos, a lei que deve revestir-se de valores morais, não poderia deixar de ser intransigente.

Dada a importância do tema, apresento a esta colenda Casa o Projeto de Lei que aprovado prestará um grande serviço à sociedade e à população

#### PROJETO DE LEI Nº 086/99

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art.1º - Fica estendido aos docentes da Classe Adjunto - Doutor do Sistema Estadual de Ensino Superior o disposto na Lei nº 11.718 de 07 de maio de 1997, e exclusivamente no referente ao enquadramento, desde que contem no mínimo com dez anos no Cargo a Classe.

Parágrafo único - Os professores da Classe Adjunto - Doutor, nível III e IV e que não satisfizerem o preceito temporal do caput deste Artigo, ficam enquadrados na Classe de Professor Associado Nível I.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.03.99.

(a) BETO RICHÁ

#### JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa equacionar o atual Plano de Carreira o Magistério Superior do Estado do Paraná, restabelecendo a carreira por mérito e titulação bem como ampliando os benefícios da Lei nº 11.718 de 07 de maio de 1997, a todos os professores que satisfizerem os preceitos ali dispostos.

Com tal intento, as Instituições de ensino superior do Estado do Paraná, poderão administrar da mesma maneira uniforme fazendo prevalecer a isonomia e a justiça entre as diferentes IES no que diz respeito à política de pessoal.

#### PROJETO DE LEI Nº 087/99

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná.

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar à Prefeitura Municipal de Primeiro de Maio o imóvel de propriedade do Estado do Paraná, Registro Geral, matrícula nº 5527, prot. 31120.

Parágrafo Único - O ato de doação deverá conter cláusula de impenhorabilidade e inalienabilidade.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.03.99.

(a) BETO RICHÁ

#### JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa autorizar o Chefe do Poder Executivo doar ao Município de Primeiro de Maio imóvel situado naquele Município e de propriedade de Estado do Paraná com a finalidade de proceder os encaminhamentos legais de construção de escola pública municipal destinada ao atendimento das necessidades da Comunidade.

O projeto de lei por seu alcance e importância merece a aprovação deste Plenário e sanção do Poder Executivo.

#### PROJETO DE LEI Nº 088/99

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - É vedado, no âmbito do Estado do Paraná, a cobrança de quaisquer serviços prestados por terceiros através de telefonia nacional ou internacional, diretamente na conta telefônica sem a expressa autorização do usuário à companhia concessionária.

Parágrafo Único - Nos serviços de que trata o caput deste artigo não estão incluídos aqueles oferecidos pela própria companhia telefônica, constantes em contrato, e estritamente referentes aos custos das ligações e outras despesas próprias à manutenção e uso de linha.

Art. 2º - A vedação de que trata o artigo 1º desta Lei não implica na negação desses serviços ao usuário desde que a sua cobrança seja procedida através de cartão de crédito ou outro meio, desvinculado da conta telefônica.

Art. 3º - Ao usuário de linha telefônica em que for efetuada a cobrança de serviços em desacordo com o preceituado nesta Lei, cabe direito de questioná-la, sem prévia quitação, no prazo de 15 (quinze) dias contados a partir do seu recebimento.

Art. 4º - As companhias telefônicas terão o prazo de 60 (sessenta) dias a partir da publicação desta Lei para, se desejarem, formalizar junto ao usuário proposta relativa a obrança de prestação de serviços de terceiros na conta telefônica.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.03.99.

(a) BETO RICHA

#### JUSTIFICATIVA:

O presente Projeto de Lei visa equacionar a grave questão das contas telefônicas no referente à prestação de serviços de terceiros.

Se bem que se poderia questionar os fundamentos éticos de muitos desses serviços, o objeto desta Lei, é preservar a democracia e a liberdade de expressão, mas enquadrando nas dimensões razoáveis do contrato civil. Assim as partes (usuário e concessionária) entrando num acordo sobre a forma de prestação de serviços tornarão o processo mais claro e legítimo.

Espera-se com a aprovação deste Projeto de Lei, evitar o número imenso de reclamações e até ajuizamento junto ao PROCON e órgão do Judiciário por parte de usuários insatisfeitos com procedimentos não compatíveis da empresa concessionária no referente a cobranças indevidas.

De outro lado, protege também a empresa concessionária por exigir contratos claros no universo jurídico e social.

#### PROJETO DE LEI Nº 089/99

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica vedada a aquisição, pelos órgãos e entidades da administração pública estadual, direta e indireta, inclusive empresas, fundações e autarquias, de produtos ou equipamentos contendo substâncias que destroem a camada de ozônio.

§ 1º - Excetua-se desta vedação os medicamentos em aerossol que se utilizem de clorofluorcarbono - CFC, como meio propelente, os produtos ou equipamentos já adquiridos e os serviços de manutenção de equipamentos e sistemas de refrigeração e ar-condicionado.

§ 2º - No prazo de 90 (noventa) dias, a contar da data de publicação desta Lei, os órgãos da administração pública estadual deverão dar início às ações que visem equacionar-se ao disposto no caput deste artigo, inclusive no referente aos produtos e equipamentos já existentes bem como aqueles especificados no parágrafo 1º.

Art. 2º - O Instituto de Saneamento Ambiental do Paraná e o Instituto Tecnológico do Paraná, deverão prestar a assessoria técnica necessária para o cumprimento do objeto de Lei, bem como elaborar programas de educação à população em geral indicando os riscos de doenças e outros agravos decor-

rentes a utilização de substâncias que destroem a camada de ozônio e quanto ao controle e eliminação dessas substâncias, bem como informando sobre a existência de equipamentos e produtos desenvolvidos com tecnologias que delas não se utilizam.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.03.99.

(a) BETO RICHA

#### JUSTIFICATIVA:

É notório que a camada de ozônio tem importância fundamental na preservação da vida na terra, atuando como filtro natural dos efeitos nocivos da radiação, solar ultravioleta B, causadora de enormes danos à saúde e ao equilíbrio dos ecossistemas.

Em setembro de 1987, o Brasil assinou em Montreal o Protocolo para eliminação de substâncias que destroem a camada de ozônio, tornando inclusive cada unidade federada co-responsável na tarefa de preservar a vida através de ações concretas.

Assim o projeto de Lei visa prestar sua colaboração no sentido de disciplinar matéria de tão elevada importância e trazendo à tona não só os princípios de educação ambiental como também alertando para a existência de tecnologias apropriadas para produção de equipamentos e sistemas de refrigeração comercial e doméstica, e outros produtos, com substâncias alternativas ao clorofluorcarbono CFC, e que se encontram disponíveis no mercado para uso da população.

Assim, se seguindo o ditado de que o melhor conselheiro é o exemplo, a Lei pretende fazer com que os órgãos de toda a administração pública estadual dê início a um vasto processo de requalificação para o meio - ambiente e para a vida na terra, e assim sendo, estou certo de que poderá contar com o apoio de todos os membros desta Casa.

#### PROJETO DE LEI Nº 90/99

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a receber, em doação, no âmbito da Secretaria de Estado dos Transportes, obras e serviços destinados à construção de passarela ou trincheiras para pedestres, nas rodovias estaduais, ou mesmo nas de caráter federal que esteja sob a responsabilidade do Estado do Paraná.

Art. 2º - Em contrapartida, fica o Estado autorizado a conceder estímulos fiscais, que serão ofere-

idos mediante bônus, no valor de 40% (quarenta por cento) do total investido, devendo ser usados, parceladamente, como créditos de dívidas oriundas de tributos estaduais, a partir do 2º (segundo) ano de conclusão total da obra em até 24 (vinte e quatro) parcelas, conforme determinar o Poder Executivo.

Parágrafo Único - Ao responsável pela construção ficará assegurado o uso de espaços de publicidade nas obras respectivas, vedada a de caráter de tabagismo ou alcoolismo.

Art. 3º - O Programa de Parcerias, instituído por esta Lei, será executado mediante apoio aos programas da Secretaria de Estado dos Transportes, pela pessoa jurídica interessada, e será procedida de licitação da legislação vigente, e formalizado mediante convênio ou contrato.

Art. 4º - O Poder Executivo regulamentará a presente Lei, e caberá a Secretaria de Estado dos Transportes determinar, após estudos, a localização e as dimensões das passarelas ou trincheiras destinadas aos pedestres nas rodovias.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.03.99.

(a) BETO RICHÁ

#### JUSTIFICATIVA:

Vem aumentando assustadoramente o número de acidentes nas rodovias estaduais e federais que cortam o Estado, sendo as principais vítimas os pedestres que sofrem atropelamentos, na maioria fatais.

As estatísticas demonstram, que nos perímetros urbanos das cidades à margem das rodovias, onde o tráfego é intenso e basicamente composto por veículos pesados, a necessidade de alternativas para a população ultrapassá-las com segurança.

A cada atropelamento verificado ocorrem manifestações populares com ameaças aos motoristas, fechamentos de rodovias e às vezes até cenas de vandalismo. Essas formas de protestos têm se mostrado eficientes num primeiro momento, porém inócuas a longo prazo, eis que o ideal - a construção de uma passarela - quase nunca deixa os limites do papel.

O presente Projeto busca uma alternativa viável na qual o Estado, muitas vezes não dispondo de recursos para a construção de passarelas ou trincheiras para pedestres poderá receber, num programa de parceria com a iniciativa privada, obras que farão diminuir sensivelmente os trágicos acontecimentos.

De resto, quando existe um lugar aonde somente se pode chegar através do cruzamento de uma rodovia, nada mais justo que empresas sediadas nas imediações ou que tenham interesses materiais junto a comunidade local facilitem ao máximo, o acesso de seus clientes e funcionários e da população em geral.

Com a possibilidade da formalização desta parceria entre o Governo e a iniciativa privada, a população do Estado do Paraná ganhará em segurança, qualidade de vida reduzindo sensivelmente as estatísticas das vítimas do trânsito.

PROJETO DE LEI Nº 91/99  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Comunitária Santo Antônio, com sede e foro no Município de Diamante do Sul.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.03.99  
(a) BETO RICHÁ

#### JUSTIFICATIVA:

A Associação Comunitária Santo Antônio da localidade "Colônia Santo Antônio" com sede e foro no Município de Diamante do Sul visa congregar os moradores da comunidade, estimulando o espírito associativista e comunitário, prestando serviços assistenciais e cooperativos e mantendo trabalhos de cultura, educação, saúde e lazer e outros para a população local.

Os serviços são gratuitos e de grande importância para a comunidade. A entidade está devidamente constituída, nos termos da Legislação em vigor, conta com Diretoria que atua sem nenhum tipo de remuneração.

A aprovação do presente projeto de lei será de grande importância para o desenvolvimento do exercício da cidadania na Colônia Santo Antônio em Diamante do Sul.

PROJETO DE LEI Nº 92/99  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a implementar mecanismos de apoio e incentivo às atividades de artesanato nos termos desta Lei:

Parágrafo Único - Na política de concessão de incentivos o Poder Executivo incluirá, entre outros, necessariamente:

- I - estímulos de natureza fiscal ou financeira;
- II - simplificação e desburocratização de documentos;
- III - isenção de prestação da guia do ICMS;
- IV - treinamento de pessoal em tecnologias e mercado.

Art. 2º - O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de 60 (sessenta) dias.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.03.99.

(a) BETO RICHÁ

#### JUSTIFICATIVA:

O presente Projeto de Lei visa atender as necessidades dos profissionais do artesanato do Estado do Paraná e incrementar as atividades geradoras de emprego e renda.

De outro lado, procura dar clareza ao disposto no parágrafo único do artigo 143 da Constituição do Estado do Paraná: "O Poder Público estimulará a atividade artesanal".

Dada a importância e abrangência da Lei certamente receberá acolhida desta colenda Casa.

PROJETO DE LEI Nº 93/99

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - O Estado do Paraná destinará nunca menos do que 1% (um por cento) dos recursos gerados pela cobrança de impostos sobre bebidas alcoólicas e cigarros ao Fundo de Prevenção, Repressão e Fiscalização de Entorpecentes.

Parágrafo Único - Os recursos referidos no caput deste artigo serão geridos pelo Conselho Estadual de Entorpecentes e nos termos do Regulamento a ser aprovado pelo Chefe do Poder Executivo.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.03.99

(a) BETO RICHÁ

#### JUSTIFICATIVA:

O presente Projeto de Lei visa dar condições às ações planejadas pelo Estado através de seus órgãos próprios, em especial pelo Conselho Estadual de Entorpecentes, na grave questão dos entorpecentes e nas áreas da prevenção, repressão e fiscalização.

Se de um lado não basta apenas reprimir ou fiscalizar a ação nefasta de traficantes de drogas e

seus métodos, nefandos de aliciamento, é necessário imprimir uma vigorosa política de prevenção, através dos processos educativos.

No Paraná, o Conselho Estadual de Entorpecentes, reunindo todas as forças ativas da sociedade e do poder público tem dado verdadeira demonstração da ação educativa. Entretanto, não podemos permanecer apenas nas conquistas já existentes. Temos que ir avante numa verdadeira cruzada educativa, de fiscalização agressiva e de ações sérias e pertinentes que combatam e previnam este que pode ser considerado o "mal dos tempos modernos".

Já tramita nesta Casa Projeto de Lei de minha autoria, instituindo o Fundo de Prevenção, Repressão e Fiscalização de Entorpecentes e que juntamente com este novo Projeto, tenho certeza, receberá toda acolhida indispensável por parte dos membros desta colenda Casa em seu contributo por uma sociedade não só justa e digna, mas sadia e esperançosa.

PROJETO DE LEI Nº 94/99

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Os Portadores de Deficiência Física e com dificuldades de locomoção ficam isentos do pagamento total ou parcial do imposto de circulação de mercadorias e serviços/ICMS, e exclusivamente, na compra de veículos automotores, nos termos de autorização do chefe do Poder Executivo e desta Lei.

Art. 2º - Para concessão do benefício o candidato deverá encaminhar requerimento ao Secretário de Estado da Fazenda, fazendo constar o grau de deficiência com o respectivo laudo médico.

Parágrafo Único - O Secretário de Estado da Fazenda indicará a concessão do benefício, bem como os percentuais concedidos.

Art. 3º - O veículo automotor servirá exclusivamente para uso do Portador de Deficiência Física em suas atividades, vedada a permuta, venda ou outra transação comercial.

Parágrafo Único - O departamento de trânsito fará constar no licenciamento do veículo a peculiaridade do mesmo.

Art. 4º - Em caso de venda ou troca posterior, em casos não específicos por esta Lei, deverá o comprador pagar o imposto de circulação de mercadorias e serviços sobre o valor atualizado do veículo.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.03.99

(a) BETO RICHÁ

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa conceder autorização ao Chefe do Poder Executivo, nos termos Constitucionais e legais, no sentido de isentar total ou parcialmente do pagamento do ICMS os portadores de deficiência física e com dificuldades de locomoção.

É notório que um número expressivo destas pessoas tem não só dificuldades locomotoras como também financeiras e ou econômica.

Dando-lhes, porém as necessárias oportunidades em termos de treinamento, educação e viabilização sua locomoção, possuem condições para desenvolver uma vida livre e independente, realizando-se como pessoas e cidadãos.

Pelo elevado alcance social da proposta, certamente receberá todo apoio dos demais membros desta Casa.

PROJETO DE LEI Nº 95/99

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a doar à Associação de Moradores da Vila Rosa, entidade de Utilidade Pública, o lote de terreno registrado sob número 9113, fls. 32 do Livro 3-J do Registro de Imóveis e Títulos de Documentos, situado no Município de Jacarezinho, Estado do Paraná.

Parágrafo Único - O imóvel a que se refere o "caput" do artigo será utilizado pela Entidade objetivando o desenvolvimento das atividades de assistência social, educação e promoção humana, não podendo ter destinação diversa, sob pena desta doação tornar-se sem efeito e revertendo o imóvel e as benfeitorias que porventura venham a ser edificadas ao patrimônio do Estado do Paraná, sem direito a futuros ressarcimentos; ficando ainda agravada com as cláusulas de impenhorabilidade e inalienabilidade.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.03.99

(a) BETO RICHÁ

JUSTIFICATIVA:

O presente Projeto de Lei visa autorizar o Poder Executivo a proceder doação de imóvel de sua propriedade para a Associação de Moradores

da Vila Rosa, o Município de Jacarezinho, Estado do Paraná.

O referido imóvel com área de 5.369,31m<sup>2</sup> metros quadrados, situado na Vila Rosa do Município de Jacarezinho, se encontra em estado de abandono, denotando sua inutilidade no que diz respeito ao atual proprietário. A Associação pretende desenvolver diversas atividades de promoção humana, assistência social e outras, no sentido de proporcionar qualidade de vida e perspectiva de desenvolvimento pessoal e comunitário.

Dada a importância das ações a serem implementadas e os benefícios advindo para a coletividade, o presente projeto de Lei certamente receberá o apoio necessário desta colenda Casa e a sanção do Chefe do Poder Executivo.

PROJETO DE LEI Nº 96/99

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - O imposto de que trata o artigo 155, II da Constituição Federal não incidirá sobre o fornecimento de energia elétrica aos municípios desde que destinada aos seus municipais e para a iluminação das vias públicas.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.03.99

(a) BETO RICHÁ

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei pretende a introdução de uma novidade tributária cujo objetivo é a economia de recursos públicos municipais. Objetivamente, trata-se da inclusão pública, nas hipóteses de não incidência de ICMS, alcançando as contas de consumo dos próprios municípios.

O amparo constitucional está retratando na Constituição Federal, mais precisamente no artigo 150, das limitações do poder de tributar, que, no inciso VI, veda à União, aos Estados e aos Municípios, " instituir imposto sobre: a) patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros".

A presente emenda visa, pois, equacionar o mandamento constitucional às disposições internas do Estado do Paraná em seu relacionamento com os Municípios.

PROJETO DE LEI Nº 97/99

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo do Estado do Paraná a implantar no âmbito da administração direta e indireta, programa especial de demissão voluntária para os funcionários e servidores públicos.

Parágrafo Único - O programa terá duração de 01 (um) ano a partir da publicação desta Lei.

Art. 2º - O Poder Executivo e os órgãos da administração direta e indireta oferecerão como incentivo ao pedido de demissão voluntária o valor de até 01 (um) salário nominal por ano trabalhado, aos funcionários ou servidores, no valor máximo de 20 (vinte)

Art. 3º - Fica vedada, a qualquer tempo, a reconstrução do funcionário ou servidor que aderiram ao programa de demissão voluntária.

Art. 4º - No caso de servidor ou funcionário contratado pelo Regime CLT a demissão se processará obedecendo suas normas, garantindo-se o incentivo proposto no artigo 2º.

Art. 5º - Fica expressamente proibido qualquer tipo de constrangimento visando pressionar o funcionário ou servidor a aderir ao programa especial de demissão voluntária.

Parágrafo 1º - O Poder Executivo nomeará Comissão composta de 03 (três) membros, sendo um deles Promotor de Justiça indicado pela Procuradoria de Justiça do Estado, visando apurar eventuais denúncias de constrangimento.

Parágrafo 2º - Recebida a denúncia, a Comissão instalará inquérito administrativo, num prazo de 60 (sessenta dias), improrrogáveis, assegurada ampla defesa.

Parágrafo 3º - Comprovada a denúncia o autor será demitido a bem do serviço público, e responsabilizado criminalmente pelos danos.

Art. 6º - Excluem-se do presente plano os ocupantes de cargos em comissão.

Art. 7º - O Poder Executivo poderá adotar ainda outros benefícios que incentivem a demissão voluntária.

Art. 8º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.03.99

(a) BETO RICHA

JUSTIFICATIVA:

A Nação brasileira assiste importante debate sobre a estabilidade funcional no setor público que é garantida pela Constituição de 1.988. Sem nen-

huma dúvida, consideramos este debate o mais importante que se trava nas relações entre o servidor público e o Estado e, temos certeza, que será encontrado um caminho que resguarde os interesses do servidor público e ao mesmo tempo, permita maior flexibilização no referente à administração dos recursos humanos.

Dentre as alternativas que possam atender os interesses dos servidores e do Estado, estamos apresentando à deliberação do douto Plenário da Assembléia Legislativa do Estado, Projeto de Lei que visa autorizar o Poder Executivo a implantar programa especial de demissão voluntária, concedendo vantagens de salários nominais aos que aderirem ao mesmo, viabilizando o seu retorno à iniciativa privada.

O Projeto coíbe qualquer tipo de constrangimento da parte de autoridades superiores que intentem prejudicar a boa ação e o ato da vontade livre e soberana.

A nosso ver, a aprovação deste projeto de Lei fará com que os interessados por uma política de recursos humanos para o setor público não se equivoquem em meras discussões inócuas. O mais importante, e que inclusive fez com que apresentássemos tal proposição, é a busca do papel do Estado em alternativas que solucionem seus problemas.

PROJETO DE LEI Nº 98/99

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual o Instituto Gralha Azul com sede e foro em Curitiba, Capital do Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.03.99

(a) BETO RICHA

JUSTIFICATIVA:

O Instituto Gralha Azul se caracteriza por sua ação voltada para o desenvolvimento integral da pessoa humana, através de ações que envolvem estudos e projetos nas mais diversas áreas do saber e do agir humano. O IGA se propõe a estudar a realidade - em escala local, regional, nacional e internacional, e a articulação de meios institucionais e tecnológicos para sua transformação em favor do desenvolvimento sustentado, da justiça social, da qualidade de vida e da preservação do meio ambiente.

O IGA tem por finalidades específicas a elaboração de pesquisas, estudos e projetos, bem como o

planejamento e execução dos mesmos em benefício do homem e da sociedade.

Os documentos apresentados se encontram nos termos do disposto da legislação em vigor e a concessão do título de utilidade pública em muito beneficiará a ação da Entidade em seus propósitos estatutários e institucionais.

PROJETO DE LEI Nº 99/99  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Fundação Consciência e Trabalho, com sede e foro no Município de Cascavel.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.03.99

(a) ANTÔNIO BARATTER

#### JUSTIFICATIVA:

A entidade que ora pretendemos declarar de Utilidade Pública, trata-se da Fundação Consciência e Trabalho, com sede no Município de Cascavel. A entidade tem como finalidade prestar assistência escolar, social, cultural, esportiva e beneficente a todas as pessoas que dela necessitarem.

Diante do exposto, contamos com o apoio dos Nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 100/99  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

### D E C R E T A :

Art. 1º - Autoriza o Poder Executivo transferir para o Grupo da Fraternidade Espírita Irmão Bezerra de Menezes, a doação de terreno concedida pela Lei nº 642, de 7 de abril de 1951, tendo em vista a incorporação da Sociedade Operária Beneficente Guaíra pela referida entidade.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.03.99

(a) LUIZ ACCORSI

#### JUSTIFICATIVA:

A Lei nº 642, de 7 de abril de 1951, doou a Sociedade Operária Beneficente Guaíra, lotes de terreno situados em nossa Capital. No dia 24 de abril de 1994, em reunião realizada em sua sede, os integrantes da sociedade aprovaram por unanimidade a incorporação da entidade pelo Grupo de Frater-

nidade Espírita Irmão Bezerra de Menezes. Com essa incorporação, entendemos ser necessário a transferência da doação do já citado imóvel para o Grupo de Fraternidade.

Isto posto, esperamos contar com apoio dos Nobres Pares para a aprovação do presente plano de lei.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Deputado Moysés Leônidas.

O SR. MOYSÉS LEÔNIDAS

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhora Deputada.

Quero deixar consignado nesta Casa, que na sexta-feira passada foi convocado por Juízes criminais e pelos promotores da Comarca de Londrina para nos repassarem a informação da situação de abandono que se encontra a questão da segurança naquela cidade.

E os juízes e promotores colocaram especificamente uma questão que já tivemos a oportunidade de falar aqui, que é a questão do Instituto Médico Legal.

Quero, Senhor Presidente, até pedir o apoio da Casa para que possamos resolver um problema que não é de uma cidade qualquer, mas de uma cidade que tem grande movimento e que atende uma região inteira, a segunda cidade do Estado, que é a minha cidade de Londrina.

Lá, o Instituto Médico Legal não dispõe de um laboratório para exames toxicológicos, cidade que campeia droga e que o tráfico da droga internacional passa por lá, haja vista até a prisão recente de um traficante com 300 quilos de cocaína, que hoje está sendo incinerada na cidade de Londrina.

Lá, Deputado Antonio Carlos Belinati, quando se prende alguém traficando droga, apreende-se a droga com ele, retira-se o material dele para se fazer o exame toxicológico, e também para discriminação da droga apreendida; não tem laboratório para se fazer este trabalho, remete-se para Curitiba para se fazer o exame, com o cidadão preso, passando do tempo que a própria lei especifica para esta questão da prisão, não tendo resultado toxicológico, qualquer advogado, atendendo o que preceitua a lei, requer no Tribunal o "habeas corpus" do cidadão e ele é imediatamente liberado, porque a justiça é lenta, porque não temos, pasmem os senhores, sequer um laboratório para se fazer exames toxicológicos.

Qual o resultado disso? Coloca juízes e promotores, em especial o juiz que dá a decisão numa situação muito difícil, de total descrédito perante a comunidade, e além de tudo ficando juízes e promotores à mercê de bandidos, de desequilibrados,

de viciados e de traficantes na minha cidade de Londrina e em toda região.

Estou tentando desde ontem contar-me com o Secretário de Segurança do Estado do Paraná, o Doutor Candinho e não consigo sequer ser atendido por telefone.

Todas as vezes que ele vai a Londrina, pinta um quadro que não é a maquiagem que a cidade precisa.

Então, estou fazendo um apelo aqui desta tribuna, para ver se ao menos o Secretário tem a dignidade de atender as necessidades da cidade de Londrina.

Não é possível que uma cidade, líder de uma região, como é a nossa, a segunda cidade do Estado, a terceira do Sul do País, tenha que ficar à mercê da vontade, do bom ânimo, da boa cara, do bom dia em que acorda um cidadão que é autoridade do Estado.

Não posso aqui deixar de dar o aval e de compactuar com a temeridade, tanto de juízes criminais como de promotores da Comarca de Londrina, que estão lá cumprindo seu papel principal, que é defender a sociedade e não ter respaldo sequer no abandono total na área de segurança, que se encontra a cidade de Londrina, por parte do Governo do Estado.

Deixo aqui esse apelo, que não é do Deputado Moysés Leônidas, que é de uma categoria que luta e que trabalha para fazer a Região de Londrina melhor. E temos até colocado que as alternativas seriam que o Estado, palavras de Juízes e Promotores da Cidade de Londrina, desse uma atenção e tirasse Londrina do abandono total que está na aérea de segurança. que fosse, imediatamente, contratado um pessoal técnico para o Instituto Médico Legal, especificamente nesta questão do Laboratório de Toxicologia, que pode ser feito através de um convênio com a UEL, porque lá temos pessoas competentes, os próprios cursos da área podem fornecer pessoas capacitadas para esse tipo de contratação.

Com a complacência de Vossas Excelências, já concluo, Senhor Presidente.

Que o Estado possa responder aos apelos do Norte do Paraná.

Deixamos aqui, então, consignada a nossa preocupação nesse sentido e o total apoio que tenho que dar, até como homem público, como cidadão, aos Senhores Juízes e aos Senhores Promotores da Cidade de Londrina.

Permito um Aparte ao Deputado Carlos Simões.

Gostaria até, se for possível, utilizar o Horário da Liderança do PDT.

**O Sr. Carlos Simões**

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Deputado Moysés, da comunicação.

É lastimável ouvirmos da vossa pessoa esse relato sincero e legítimo, da falta de apoio à segurança pública de Londrina.

Sempre tenho dito que nós temos um bom Secretário de Segurança Pública, Cândido Martins de Oliveira, sem dúvida alguma, é um homem de competência, de visão e, acima de tudo, um homem político.

Mas, acho que historicamente lhe faltou condição de realmente fazer um trabalho, com dinheiro, em favor da população do Paraná. Pela primeira vez nos últimos anos, eu tenho observado Deputado Alborghetti, que a segurança pública, que o Governador do Paraná, nomeou para chefiar a Polícia Civil um delegado de carreira, um delegado de rua, delegado de batidas, delegado dos entreveros policiais do Paraná, mas também não adianta. Temos lá o doutor Nilton Tadeu Rocha que é um homem competente, Secretário bom.

Se não tiver, na verdade, condição financeira para equipar Londrina e não é só lá toda a Região Metropolitana, inclusive Curitiba, nada adianta, você anda em Delegacia de Polícia, Senhor Presidente, que é uma vergonha, eu cito Almirante Tamandaré, onde o meu cunhado é Prefeito; você vai na delegacia do Campo do Tenente, você vai numa delegacia da Região Metropolitana, você se sente envergonhado em saber que isso é Paraná, não é só Londrina. Precisamos dar um choque de investimentos na polícia Civil do Paraná que cuida das delegacias e assim por adiante.

Então, aproveitando a “deixa” do seu discurso, faço novamente esse apelo, como faço no rádio, na televisão para que na verdade o Governador do Paraná, a área da economia do Paraná, se dedique um pouquinho, pelo menos, no investimento da segurança pública.

Acho que temos, com certeza temos, nomes bons na polícia do Paraná e se der condições nós teremos uma polícia modelo a nível do Brasil.

Muito Obrigado.

**O SR. MOYSÉS LEÔNIDAS**

Eu agradeço ao Deputado Carlos Simões.

Quero cumprimentar aqui o Vereador Karimata, da cidade de Ibiporã, já em cinco mandatos como vereador, naquela cidade vizinha da Região Metropolitana de Londrina, e sabe da preocupação que temos com a questão de segurança.

Mas, Deputado Carlos Simões, um dos juízes me fez o seguinte relato na sexta-feira: Estou aqui com uma presidiária que acabei de liberar, portadora do HIV e com câncer em fase terminal na garganta, jogada numa cela, em condição subhumana e por falta de um exame toxicológico ou de labo-



ratório no Instituto Médico Legal, esta mulher, que está cumprindo a sua pena e pagando a sua dívida com a sociedade, está para morrer. e o Juiz atendeu o apelo como cidadão, como homem, porque não tem as provas cabíveis para poder liberar uma pessoa como esta.

É bem verdade que bandido não se trata com rosas, o mal não se paga com o bem, mas o mal tem que se pagar com justiça e Londrina e a Região Norte do Estado, precisam que o Governo do Estado dê mais atenção.

Vossa Excelência falou da competência do Secretário Candinho e não estamos aqui duvidando da sua competência, estamos duvidando é da sua atenção. ele precisa ser mais atencioso e, falo aqui com a responsabilidade de ter sido chamado por autoridades do Município, não são curiosos, são Juizes e Promotores que, quando dão a sentença, que quando dão seus pareceres, correm o risco de bandidos serem liberados por inoperância do próprio Estado e daqui a pouco, colocando em risco a própria vida daquele que tem que fazer a aplicação da Lei.

Fica aqui, por enquanto, o nosso apelo. Caso contrário, iremos trazer aqui toda a comunidade para que a Assembléia Legislativa, enquanto Poder, possa entender de cada cidadão, de cada autoridade do nosso Município que se sente desamparada e abandonada por esta política implantada pelo governo do Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Ainda no pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

Senhor Presidente, Senhores Deputados. Vejo o Deputado Moysés Leônidas, brilhante causídico, advogado, que aprendeu como eu.

A nossa primeira escola foi a Câmara Municipal de Londrina e o meu primeiro mandato durou 6 anos. Já vou para vinte e tantos anos de vida pública.

Deputado Moysés, tenho um projeto nesta Casa que o Senador Roberto Requião, meu particular amigo, política é uma coisa, amizade é outra, e temos que diferenciar as coisas.

Quando fiz este projeto, disseram: O Alborghetti é sonhador sonha com os Países do Primeiro Mundo. Fiz um projeto criando em Londrina, em Maringá, em Cascavel, em Ponta Grossa, uma delegacia especializada com uma psicóloga. Quantas psicólogas formadas na universidade Estadual de Londrina estão desempregadas? Quantos advogados que saem das universidades de Londrina, de Maringá, de Cascavel, de Curitiba estão

desempregadas? quantas assistentes sociais estão desempregados no Paraná?

Então, o Alborghetti criou um projeto que viu num filme americano. Mande um ofício à embaixada americana através do Deputado Antonio Ueno e recebi a resposta.

Minha esposa, que é professora e fez 6 anos de inglês em Londrina, me traduziu. Me mandaram um vídeo e lá nos Estados Unidos, toda delegacia de polícia, seja no Bronx, em Los Angeles, na Califórnia, em Sam Diego ou até no Havaí, tem um promotor, uma psicóloga, uma assistente social.

O dependente de drogas entra e não é encarcerado na hora, vai para uma cela especial e lhes provo, trago um telão aqui e provo porque tenho mais de cem filmes das grandes penitenciárias de primeiro mundo, até nas penitenciárias tem isso, então o jovem é preso agora - uma suposição -, chega na delegacia e o que acontece Deputado Carlos Simões? Vossa Excelência lembra, debatemos esse projeto aqui, debatemos na Constituição com o Deputado Caíto Quintana. Veja bem, o que acontece: o jovem primeiro vai para uma sala falar com uma psicóloga, imediatamente, com o Promotor junto, Promotor, Ministério Público junto, imediatamente a assistente social pega uma viatura e vai buscar a família. Enquanto isso o jovem urina no vidrinho e cospe para saber, e tiram uma coleta de sangue, imediatamente vai para um laboratório pago pelo governo americano. Aguarda-se o resultado, Deputado Moysés e em menos de 48 horas o resultado já chega à banca, à sala que está anexa à Delegacia de Polícia. Se ele é viciado, Deputado Moysés, imediatamente é internado, tanto é que Vossa Excelência sabe que mandei o repórter Rubens Fernando Cabral, à Itália, ele me trouxe matéria da Itália, trouxe matéria da Holanda. Da Holanda o Cabral me trouxe uma matéria e eu falei assim: "Veja como é que funciona a estrutura das delegacias da polícia na Holanda". É a mesma fórmula. Então, se é provado ali que o rapaz é dependente, o que é que temos que fazer? Imediatamente internar na Clínica das Palmeiras, do grande estadista da toxicologia, Doutor Eder Soares Vargas, que me ajudou a criar o Hospital da Vida que foi o maior sonho que tive neste Parlamento.

Então, Deputado Moysés, vim aqui e lutei. Quando o Projeto foi aprovado, o Requião falou: "O Alborghetti é louco". Mandou de volta, vetaram o meu projeto porque não tinha dinheiro para fazer isso, não tinha dinheiro para fazer nada. Veja bem Deputado Moysés, é tão lindo, quando o senhor começou a discursar eu confesso que comecei a arripiar porque é bonito, o senhor veio para cá com tantas coisas lindas dentro do seu coração, mas lamentavelmente não sai, atrás dessa madeira tem um concreto Deputado Moysés, ela não passa

para o lado de lá, não vai para o lado de lá; fica aqui dentro, as nossas idéias ficam aqui, os nossos sonhos e os nossos ideais.

Então, acho linda a sua proposta; vamos refazer esse projeto. Em Londrina a geladeira do IML é uma vergonha. Quando assumiu o Álvaro eu falei: "Governador, vamos a Londrina? Vamos. Vamos dar uma chegada na delegacia. Olha a geladeira aqui. Vai resolver? Vai resolver". Até hoje não resolveu Deputado Moysés.

Concordo com o Deputado Carlos Simões, o Doutor Cândido teve idéias maravilhosas na cabeça, mas quantas emendas tenho no orçamento do Estado para comprar essa geladeira? Eu já cansei de colocar no orçamento do Estado o dinheiro para comprá-la, mas não tem dinheiro. Quer dizer, então Vossa Excelência veio no momento certo, mas não é só Londrina. Pergunta para o meu querido Deputado de Cascavel, Tiago, se a geladeira lá não está a mesma coisa? Me cuspa na cara! Está a mesma coisa! A geladeira de Ponta Grossa está a mesma coisa!

Em Curitiba, quando vejo o rabecão chegar, a gente corre lá dentro - sou carrapicho de polícia. Para você se formar em repórter policial, em carrapicho de polícia, tem que dormir pelo menos um ano num plantão de delegacia de polícia, que é palco de dramas e comédias. É ali que você realmente faz a verdadeira universidade do jornalismo policial.

Então, parabenizo essa idéia, ilustre e brilhante advogado jornalista e Deputado. Temos que plantar a idéia e ela está plantada, mas depende de dinheiro.

Concedo um aparte a Vossa Excelência.

### **O Sr. Moysés Leônidas**

Quero cumprimentar Vossa Excelência dizendo que privo da sua amizade por décadas.

Temos que aqui - já que é um parlamento - deixar consignado, nem que o nosso grito fique sozinho no deserto. Se o Estado não tem competência para fazer, decreta a sua auto-insolvência, sua falência total. Não é o Estado do Paraná, é o Estado brasileiro!

Não podemos admitir, por exemplo, como vi outro dia que um estudante do curso de engenharia, da Universidade Federal do Estado do Paraná custa para o Estado do Paraná, 600 reais, e quem estuda na PUC paga 540. Tem alguma coisa errada com a escola particular.

Estamos gastando agora, em Londrina, para construir a Cadeia Pública, três milhões de reais. Cada preso custa 400 reais, lá - isso deve ser a nível de Brasil. Se você gerar uma riqueza para um cidadão, de 400 reais, é capaz que muita gente não vá para a cadeia.

As coisas estão distorcidas. Não é porque Vossa Excelência apresentou um projeto que não temos que lutar por ele ou esquecê-lo porque o Estado não o fez. O Estado tem que ouvir uma vez por semana esse lamento, porque uma hora desafoga num setor, outra hora em outro.

O que não pode, Deputado Alborghetti, é um juiz de direito, que tem que ter isenção, prender um cidadão e por falta de um exame toxicológico, que é a coisa mais simples e banal dentro da área das provas, ter que soltar um indivíduo de alta periculosidade, no meio da sociedade, porque o Estado não tem competência para fazer o exame.

Então, vamos fechar a porta do Estado e vamos tentar reconstruí-lo novamente.

### **O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI**

Dou uma idéia a Vossa Excelência: temos aqui na Capital, o Dr. Francisco, Diretor do IML, uma das maiores cabeças em Toxicologia, e gostaria de apresentá-lo a Vossa Excelência. Converso demais com o Dr. Francisco. Quando chega um dependente de drogas aqui na Capital, no meu gabinete, primeiramente, mando para o IML e depois para Londrina, na Clínica das Palmeiras, do Marcos, do Dr. Eder Soares Vargas. Tenho um leito, reservado para o Deputado Alborghetti, internando os meus dependentes de drogas.

Quero dizer a Vossa Excelência que o seu grito é muito importante.

Mataram dois travestis, na semana passada, aqui, na Capital. Nunca vi um crime tão brutal, hediondo, cretino e imbecil. Não é porque é travesti, é um ser humano como nós. O problema sexual de cada um, em quatro paredes, é problema de cada um. Eu amo, gosto, reverencio e vim do ventre de uma mulher. Não posso discriminar e ser racista contra o homossexualismo. Cada cabeça, uma sentença. Estou me referindo a esse crime bárbaro. A polícia não conseguiu desvendar, porque ela não tem uma bola de cristal para saber quem é o assassino.

A tragédia principal, Deputado Moysés, é que a Cleonice foi seqüestrada neste final de semana, Deputado Moysés, com o namorado, largaram o namorado no Sítio Cercado, o bandido levou a menina, uma menina de 19 anos, lindíssima, e sabe o que ele fez? Estuprou a menina e lhe deu um tiro na cabeça. Agora pergunto, não tem passeata nenhuma na cidade, nenhuma... se fosse a filha de um bacana, da elite dominante, meu Deus do céu, estaria todo mundo com faixas: - "segurança, Segurança, Segurança"! Mataram a filha de um bacana, a filha de um bacana foi assassinada"! Como é pobre: - "Mataram uma jovem de 19 anos, ela é pobrezinha." - "Olha, pode deixar que vamos resolver o problema". Sabem quando? Nunca!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

No Pequeno Expediente com a palavra o Deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Hoje, em função da proposição de veto do Governador Jaime Lerner à intenção de cobrança dos inativos, dos aposentados, tramita, em 2ª Discussão, o projeto que diz respeito ao PARANÁPREVIDÊNCIA.

A nossa bancada, a bancada do PT, e devo imaginar que também os Deputados do PMDB e outros Deputados devem estar pensando uma série de emendas a este projeto, em função daquilo que julgamos seja a necessidade mais perene por parte dos funcionários públicos do Estado do Paraná, que devem ser muito atingidos se a presente lei do PARANÁPREVIDÊNCIA não sofrer algumas modificações. Não só alguns Deputados mas a comunidade toda dos servidores públicos, do Estado do Paraná, com um pensamento acumulado, entendem que se o projeto ficar mantido da forma como está os riscos para funcionalismo público do Estado do Paraná e para o Estado do Paraná serão muito grandes do ponto de vista da garantia dos direitos dos servidores públicos.

Então, neste sentido recebemos, com muita honra, com muita satisfação, a presença das entidades representativas dos servidores públicos do Estado do Paraná, representados pela sua diretoria; estão presentes aqui na galeria da Assembléia Legislativa do nosso Estado.

Outrossim, os servidores públicos, através das suas entidades, distribuíram uma carta para cada Deputado da Assembléia. E eu gostaria, Sr. Presidente, antes de entrar no mérito da discussão das emendas, das mudanças que julgamos necessárias para garantir a previdência, garantir a assistência médica dos servidores públicos do Estado, gostaria de fazer a leitura de uma carta, endereçada aos Deputados, porque acho que esta carta, de certa maneira, remete ao centro da discussão que devemos travar a partir da abertura da 2ª Discussão desse projeto.

Faço isso porque é importante que esta carta fique registrada nos anais desta Casa, porque é fruto de um processo de reflexão, que há mais de 2, 3 meses os servidores públicos, do Estado do Paraná, têm feito em função da aprovação do PARANÁPREVIDÊNCIA, por parte da Assembléia Legislativa do Estado.

Passo a ler esta carta aberta endereçada aos Senhores Deputados Estaduais. (**Lê**):

“Curitiba, 16 de março de 1999.

Senhores (a) Deputados (a):

As entidades que esta subscrevem vêm a presença de Vossa Excelência motivadas pela mensagem nº 006/99, do Governo do Estado, que propõe alterações na Lei que criou a PARANAPREVIDÊNCIA.

O Poder Executivo ao apresentar mensagem modificativa da Lei recém aprovada e publicada, demonstra o açodamento da sua proposta em matéria dessa magnitude aprovada que foi no último dia dos trabalhos legislativos de 1998. A imposição do governo do Estado de urgência na tramitação da citada lei, atropelou o processo legislativo, prejudicando seus representantes em sua incumbência precípua, qual seja, a do aperfeiçoamento do texto legal.

No nosso modo de ver, esse procedimento concorre para o desprestígio dessa Augusta Casa Legislativa, quando vemos sua ação sofrer a ingerência do Poder Executivo e a possibilidade de revisão das decisões por via judicial.

A oportunidade aberta com a mensagem governamental favorece a reavaliação de muitas questões postas na Lei da PARANAPREVIDÊNCIA que são de interesse dos servidores, do próprio Estado e da sociedade paranaense.

Em anexo a presente, elencamos os pontos de fundamental relevância que queremos ver discutidos e modificados na Lei, de acordo com as propostas em anexo.

Os questionamentos vão da Natureza Jurídica Privada da Entidade que administrará a previdência básica e única dos servidores, passando pela gestão, que queremos paritária, motivo que nos fez refutar a composição dos Conselhos como está posta.

Envolvem também o aumento das alíquotas, em flagrante redução salarial, e a taxação dos aposentados e pensionistas que já contribuíram por todo tempo da atividade para garantir suas aposentadorias ou pensões para seus dependentes.

Também não são contempladas as aposentadorias especiais decorrentes do exercício de atividades penosas, perigosas e insalubres.

A contribuição para o FUNDO DE SERVIÇO MÉDICO-HOSPITALARES representa uma tributação cumulativa e compulsória, para serviços que serão definidos posteriormente, mas que a lei já estabelece fator moderador, variando de 5% a 20%, conforme a faixa salarial, e com base em tabela própria a ser estabelecida pela PARANAPREVIDÊNCIA.

Senhores (a) Deputados (a), é pertinente ressaltar que a população tem estado cada vez mais atenta aos seus representantes, analisando seus

posicionamentos em consonância com as necessidades e direitos dos cidadãos.

Lembramos que as Entidades que esta subscrevem representam o segmento organizado dos servidores públicos do Estado do Paraná, civis e militares, que mantêm a expectativa de ver efetivamente discutidas as questões acima elencadas, cuja alteração possibilitará o equilíbrio das relações entre o Governo e seus servidores, além de atender direitos inquestionáveis dos trabalhadores do serviço público do Paraná.

SINDI/SEAB - Sindicato Estadual dos Servidores Públicos da Agricultura, Meio-Ambiente, FUNDEPAR e Afins.

SINSAÚDE - Sindicato dos Trabalhadores e Servidores em Serviços de Saúde Pública.

SINDIPROL - Sindicato dos Professores da Universidade Estadual de Londrina.

SINDIJUS - Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Paraná.

SINDER - Sindicato dos Servidores Públicos do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná.

SINTEEMAR - Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino Superior de Maringá.

SINDEOESTE - Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino Superior do Oeste do Paraná

AAP - SINDICATO - Sindicato dos Trabalhadores em Educação.

SINSSP - Sindicato dos Servidores Penitenciários do Estado do Paraná.

AEPEP - Associação dos Escrivães de Polícia do Estado do Paraná.

AFIAP - Associação dos Funcionários do Instituto Ambiental do Paraná.

AFSEAG - Associação dos Funcionários da Secretaria da Agricultura do Estado do Paraná.

AFSURHEMA - Associação dos Funcionários da Extinta SURHEMA.

APADE - Associação Paranaense de Administradores Escolares.

SINTEA - Sindicato dos Técnicos Agrícolas do Estado do Paraná.

SENGE - Sindicato dos Engenheiros do Estado do Paraná.

AFTG - Associação dos Funcionários do Teatro Guaíra.

SINCLAPOL - Sindicato das Classes Policiais do Estado do Paraná.

SINPROPAR - Sindicato dos Professores do Paraná.

AMOSP - Associação dos Motoristas do Serviço Público do Paraná.

AFFEP-SINDICAL - Sindicato dos Agentes Fiscais da Receita Estadual.

Sociedade Beneficente dos Subtenentes e Sargentos da Polícia Militar do Estado do Paraná

União da Polícia Civil

Associação dos Magistrados do Paraná

Associação dos Funcionários do IAPAR

CUT - Central Única dos Trabalhadores".

Srs. Deputados, será motivo de debates na Sessão de hoje, na Sessão de amanhã, em função das emendas que estamos apresentando. Acho que a questão central que deve nortear uma reflexão da Assembléia Legislativa, e a proposta do governo do Estado, diz respeito, a criação de um Fundo de Previdência. O governo do Estado, de um lado argumenta que para o governo do Estado do Paraná possa ter recursos maiores, para investir naquilo que é importante no Estado, investir em saúde, investir em educação, aparelhado do ponto de vista estrutural do Estado do Paraná, fazendo investimentos na área de estrada, na área de energia, na área de abastecimento de água.

É importante que a receita, que a folha de pagamento do Estado, possa ter uma capacidade de investimento, o qual não tem hoje. Porque quase 34% da folha da receita líquida do Estado do Paraná é comprometida com as aposentadorias e pensionistas do Estado do Paraná. É uma verdade isso! Perto de 70, 80 milhões de reais todo o mês, da receita de ICMS do Estado do Paraná é para pagar os servidores inativos do nosso Estado. Pois bem! Se isso é verdade, e se existe uma fórmula que é a criação de um Fundo de Previdência, que teria a contribuição dos servidores públicos na sua totalidade. E que teria a participação do Estado com a contribuição patronal por parte do Estado. E além disso, uma capacidade do ponto de vista de bens do Estado do Paraná, para que ao longo dos próximos cinco, quinze, vinte anos, um fundo autocalcapitalizado, possa suprir a necessidade de o Estado garantir a aposentadoria, garantir o pagamento dos pensionistas, garantir a prestação de uma assistência médica hospitalar.

Tem uma questão central que acho que devemos buscar corrigir na PARANAPREVIDÊNCIA. Na minha maneira de ver, compartilhada com as entidades que representam o conjunto dos servidores públicos do Estado do Paraná, conforme esta carta, está em duas questões básicas: Uma na natureza jurídica do Fundo que está sendo criado pelo governador e outra na maneira de gestão deste Fundo. Primeiro ponto: a natureza do fundo: A natureza, o Governo, não sei por quais razões, não justificou perante os Deputados. A natureza proposta pelo governo é a natureza do Serviço Social Autônomo. Ora! o Serviço Social Autônomo, previsto na Constituição, de uma natureza jurídica ambígua, porque ao mesmo tempo, que trabalha com recursos públicos, tem uma maneira privada

de gerir esses recursos públicos. Foge completamente da possibilidade de que os servidores públicos, a sociedade que contribui através dos impostos, em nome do Estado. Porque o Estado passa a ser contribuidor do Fundo. Mais ainda! O Estado aloca bens públicos em nome do povo do Estado do Paraná, para alavancar financeiramente o Fundo de Previdência. Fogem completamente da possibilidade de serem fiscalizados. Tanto por parte da Assembléia Legislativa, quanto por parte do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Então introduzimos, ao criar o serviço autônomo, a possibilidade de que esse Fundo trabalhe com os recursos públicos, mas tenha uma gestão privada. Não será permitido prestar contas desse Fundo. Estamos criando um Fundo, para exatamente ter uma função pública, que é garantir o pagamento da aposentadoria daqueles que prestam serviços à população. Eu não vejo qual a razão de o Estado não abrir a possibilidade da discussão de uma modificação na sua natureza. Porque o Rio de Janeiro recentemente aprovou na Assembléia Legislativa, está constituindo um Fundo de Previdência, também vê na Possibilidade da constituição de um Fundo de Previdência, para que o Estado possa ter a sua receita não tão comprometida com o pagamento das aposentadorias e dos pensionistas. Seja a opção, da qual sempre alertamos o Estado do Paraná desde a primeira discussão sobre o PARANAPREVIDÊNCIA, fundo de natureza pública. A criação de uma autarquia que garante o Estado, a sociedade, fundamentalmente, através dos mecanismos já existentes na Constituição, através de um poder, como o Legislativo, e do Tribunal de Contas, a capacidade de a sociedade ter uma fiscalização e uma transparência nesse fundo.

Não conseguimos entender porque o governo não permite a discussão da transformação da natureza do Fundo. O que o Estado do Paraná, os contribuintes ganham, do ponto de vista de transparência, da gestão com serviço social autônomo? Não se ganha nada. Nesse ponto de vista é que esse Fundo vai ficar ao arrepio da lei. Se é verdade as palavras do governador e do Sr. Follador de que queremos um fundo de previdência que seja permanente, que possa dar tranquilidade e segurança para os servidores públicos do Estado do Paraná, devíamos buscar o inverso. Devíamos buscar uma autarquia. Assim como fez o Fundo de Previdência no Rio de Janeiro.

Outra questão central, diz respeito à gestão. Na gestão, por incrível que pareça, temos uma consonância com alguns pensadores que não são nem da Oposição e nem da Esquerda. Recentemente tivemos uma declaração insuspeita, do próprio Gustavo Franco ex-Presidente do Banco Central, vindo no mesmo posicionamento de um ex-Minis-

tro do Estado, que comandou a área de finanças no Governo José Sarney, Mailson da Nóbrega, que em dois artigos publicados na Gazeta Mercantil e na Folha de São Paulo, sobre a questão da previdência em nosso país e a possibilidade de criação de fundos de previdência tanto de Estado quanto de Municípios, tem uma questão que para eles foi basilar. A gestão se não for gestão como nos países europeus e na América do Norte, onde os contribuintes dos fundos têm a capacidade de fiscalização e de execução, se não for por esse princípio, em nosso país não haverá nenhuma possibilidade de que fundos de previdência, fundos de capitalização possam ter sucesso, do ponto de vista de auferir poupança para, não somente garantir a aposentadoria, mas como ser até um impulsionador da economia do nosso Estado e nas nossas cidades como ocorre na América do Norte e na Europa. São essas duas questões centrais que a Bancada do PT, acredito que outros partidos, estão apresentando para que possam corrigir, de partida um grande erro do Governo Jaime Lerner, que é propor a criação do fundo de previdência, risco de nós, amanhã, termos que vir corrigir algo que não conseguimos mais corrigir. Porque depois que os recursos, tanto dos contribuintes quanto do Estado do Paraná, através de bens imóveis e através da contribuição por parte do Tesouro forem alocados no fundo e, não tivermos mais o fundo, não poderemos corrigir mais nada, a não ser demitir os funcionários públicos. Gostaríamos de corrigir. Talvez não nesse governo, mas em qualquer outro que venha proceder em função do serviço público do Estado do Paraná.

Gostaria de contar com a bancada do governo para que possa abrir a possibilidade de uma discussão da natureza desses dois pontos.

Vários outros fundos de previdência em vários estados brasileiros estão sendo criados, no entanto, o único, notícia que temos, com essa característica de serviço social autônomo e gestão privada é o do Paraná.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

A Mesa registra, com satisfação a pedido do Deputado Divanir Braz Palma, a presença do João Barbará, Presidente da Câmara de Sarandi.

Ainda no Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Orlando Pessuti.

**O SR. ORLANDO PESSUTI**

Senhor Presidente, Senhores Deputados, é com satisfação que ocupamos a tribuna na tarde de hoje saudando a presença dos servidores públicos aqui presentes, liderados pelos seus dirigentes e com a participação de servidores de um modo geral.

Como já bem adiantou o Deputado Ângelo Vanhoni, tenho certeza que no decorrer do dia de hoje, fruto das conversações que estamos desenvolvendo com os deputados da nossa Bancada e com deputados do PT, do PDT e com deputados de outros partidos que compõem a Assembléia, haveremos de subscrever diversas emendas, com vistas a procedermos alterações na Lei do PARANÁPREVIDÊNCIA, alterações essas que entendemos ser fundamentais para que o PARANÁPREVIDÊNCIA possa atender aos anseios maiores, não do governo do Estado, mas daqueles que realmente precisam de uma previdência séria, de uma previdência estável e segura, que são os servidores públicos.

Ocupo a tribuna hoje para relatar aos senhores deputados que no dia de ontem estivemos na capital das Minas Gerais, Belo Horizonte, representando a Assembléia Legislativa do Paraná, participando de dois eventos, dentro de um único contexto.

O primeiro foi uma teleconferência da qual participaram quatro personalidades da política e dos meios científicos do nosso país, a professora Aspásia Camargo, da Fundação Getúlio Vargas e do Itamarati, o professor José Alfredo Barracho da Universidade Federal de Minas Gerais, o Deputado Federal Aloysio Mercante do PT de São Paulo, o Senador Roberto Requião do PMDB do Estado do Paraná, reunião essa coordenada pelo Presidente da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, Deputado Anderson Adauto que teve como tema principal, a questão relacionada ao pacto federativo, a questão relacionada ao envolvimento do Estado com a União e com os Municípios. Uma reunião que foi da maior importância e que contou com a presença de 17, dos 27 deputados estaduais do Brasil e uma presença significativa de lideranças políticas do nosso país, cerca de cem deputados estaduais presentes a essa reunião e, pelo menos, mais umas duzentas lideranças do meio acadêmico, partidário e sindical de Minas Gerais compareceram.

Esta reunião tinha por objetivo discutir os desafios da federação brasileira, com o enfoque principal como já dissemos, na questão do pacto federativo, hoje tão discutido, porque, afinal de contas, estamos assistindo, durante todo o mês de janeiro, durante todo fevereiro e agora março, os conflitos que existem entre o Estado Federado e o Estado que poderíamos chamar União. A União fazendo de tudo para não dar condições aos Estados para que melhor possam conduzir a negociação das suas dívidas e os Estados, cada um a seu modo e jeito, mostrando a total impossibilidade de honrar os pagamentos dessa rolagem da dívida que foi feita ainda no governo passado.

Isso aconteceu no período da manhã, das 9 às 13 horas e, no período da tarde, tivemos a oportu-

nidade de participar do lançamento da Frente Parlamentar em defesa da autonomia dos Estados. Essa frente surgiu durante uma reunião que aconteceu, de governadores, em Porto Alegre e no dia de ontem, foi instalada lá durante a realização desta teleconferência e também, naquela ocasião, subscrita esta Frente Parlamentar em Defesa da Autonomia dos Estados por 17 Estados brasileiros que lá estavam representados e também pelo Senado Federal, na pessoa da Senadora Maria da Silva - representante também do partido dos Trabalhadores.

Naquela oportunidade, estabeleceu-se o norte pelo qual vai se pautar os trabalhos desta Frente Parlamentar em defesa da Autonomia dos Municípios. Levar a todos os Parlamentares e a toda sociedade brasileira as discussões sobre o endividamento dos Estados buscando soluções coletivas para a renegociação das dívidas com a União. Lutar pela alteração da Lei Kandir e do Fundo de Estabilização Fiscal, instrumentos que transferem para o Governo Central parte substancial do recursos dos Estados.

Lá na ocasião eles queriam lutar pela revogação da Lei Kandir. Eu, pessoalmente, entendo que neste momento temos, sim, que proceder algumas alterações na Lei Kandir. Mas para o setor produtivo rural, o setor de produção de grãos e produtos pecuários, neste momento, revogar a Lei Kandir significa instituir de novo a possibilidade de exportarmos impostos como vínhamos exportando quando os produtos primários e os produtos semielaborados eram taxados na exportação. Por isso nós defendemos a alteração da Lei Kandir para que possam ser corrigidas algumas distorções e algumas delas já estão sendo corrigidas pelo próprio Governo Federal, que, na última reunião com os governadores, entendeu por antecipar ou por repassar - melhor dizendo - aos estados, cerca de 800 milhões como forma de compensação dos prejuízos que os Estados vêm tendo na eficácia - vamos dizer assim, no exercício da Lei Kandir e que estavam esses 800 milhões ainda fora daquele cronograma de compensação estabelecida anteriormente.

O próprio governo, os próprios governadores entendem que há necessidade de se alterar, mas o próprio governador Jaime Lerner quando esteve em Palotina na última semana, manifestou a sua preocupação, que também é nossa, de que a Lei Kandir não deva ser revogada neste momento, mas sofre as alterações que permitem ao Estado do Paraná ter a compensação necessária e devida pelo isenção, pela desoneração do ICMS, IPI nas exportações de produtos agropecuários e semielaborados. Mas permanecer com ela, agora, porque se a eliminarmos, neste momento, estaremos encarecendo de novo a produção agropecuária do nosso Estado. Também foi definido como linha de ação da Frente Parlamen-

tar em Defesa da Autonomia dos estados, que deveremos sensibilizar os deputados federais e senadores para que se aprove no Congresso uma reforma tributária que reduza a centralização de impostos nas mãos da União com repartição mais justa entre Estados e Municípios.

E também um outro ponto que será constante na ação da Frente Parlamentar de Autonomia dos Estados é estimular o debate sobre um novo pacto federativo no qual a subordinação imposta aos estados e municípios seja substituída pela autonomia, pela convivência harmônica e pelo equilíbrio das atribuições de responsabilidade.

Senhor Presidente, portanto, no dia de ontem em Belo Horizonte estivemos participando deste evento que reputamos da maior importância, porque, afinal de contas, embora alguns governadores não queriam de público admitir, mas a situação dos Estados é uma situação que merece realmente uma atenção especial de parte do Governo Federal. E nós que temos acompanhado de perto toda essa movimentação, que temos ouvido de algumas pessoas elogios e de outras, críticas, a postura que vem adotando o Governador Itamar Franco. Eu, pessoalmente, pelo conhecimento que já obtive da situação das finanças de Minas Gerais, como estava, como foi entregue ao Governador Itamar Franco, oportunidade que também teve o Deputado Edgar Bueno quando lá esteve, posso afirmar que o Governador Itamar Franco agiu correto em defesa dos interesses das Minas Gerais.

E tenho convicção pessoal, Senhor Presidente, que fruto muitas vezes até da intransigência do Governador Itamar Franco, intransigência que talvez só ele, neste momento pudesse adotar pelo fato de já ter sido Presidente da República, essa intransigência, essa postura muitas vezes ranheta como dizem alguns, é esta a postura que está possibilitando a outros governadores, como o nosso do Paraná, como ao Governador de Goiás ou do Amapá, a condição de rever justamente a sua situação financeira, rever o aspecto financeiro que tinha feito o Estado com a União.

E uma coisa é bom que se diga, muitas pessoas têm dito que aquilo que foi votado tem que ser respeitado, a renegociação que foi feita tem que valer, porque afinal de contas, onde já se viu aprovar no Senado, nas Assembléias, e agora querer modificar?

A pergunta que eu deixo, Senhor Presidente, é a seguinte: Como pode o presidente dizer que não pode renegociar a dívida dos Estados, não pode fazer um novo pacto de pagamento para os Estados? Se ele próprio a toda semana e já neste ano, por mais de uma vez reformulou o seu acordo de financiamento com o FMI? Se o Governo Federal pode rever o acordo, rever o seu cronograma de paga-

mento com o FMI, rever as suas garantias, rever os seus cálculos, rever a sua proposta, por que não pode ele também rever com os Estados colocando num patamar que seja plausível, que seja dentro da condição de cada Estado ir pagando a sua dívida para que nós tenhamos a normalidade.

Concedo o aparte ao Deputado Edgar Bueno.

### O Sr. Edgar Bueno

Ilustre Deputado Orlando Pessuti, que foi um dos companheiros a visitar o Estado de Minas Gerais. Acompanhamos de perto, a preocupação do povo de Minas Gerais com que está acontecendo no país.

E hoje estamos vivendo num país da subserviência, governadores com postura mais de esquerda, também aprenderam a sair com o pires na mão, na base da bajulação, para fazer com que o presidente, e todo poderoso Fernando Henrique Cardoso os atenda. E estão usando a postura mais radical do Governador de Minas Gerais, Itamar Franco, para conseguir os seus objetivos. Mas o mais importante, eu acho que precisa dizer a esta Nação e ao povo brasileiro, que o país entrou numa situação econômica difícilíssima, e o que está questionando é o modelo econômico do país, a entrega do capital deste país para o capital estrangeiro, a transformação que se vê no dia-a-dia, é preciso denunciar e é preciso que a população comece a entender isso de uma vez por todas.

Fernando Henrique diz que Minas Gerais não pode praticar a moratória, mas no entanto ele a pratica ao longo dos anos. Fernando Henrique está com problema para suceder-se a si próprio, porque ele mesmo quebrou esta Nação.

Então, é importante que as lideranças se unam no sentido de mostrar que o que urgentemente nós precisamos é mudar o modelo econômico, quem dita as regras da economia brasileira, quem diz que o Brasil precisa praticar um juro extorsivo de 45%, é o FMI, e o Brasil está de joelhos para o FMI. Então, é isso que nós precisamos dizer, e é contra isso que nós precisamos reagir para colocar novamente o nosso país nos trilhos.

Parabéns pelo seu brilhante pronunciamento, e quero me somar aqui a esta preocupação de fazer com que o país saia das garras do FMI e volte a ditar a sua política econômica.

### O Sr. Irineu Colombo

Deputado Orlando Pessuti, no Brasil até há pouco se tinha uma postura de que, quem fosse contra a privatização estava na contramão da história, que moderno era apoiar a globalização, que em tese, no Brasil, era apenas abrir para investimentos especulativos, que num toque de uma tecla de computador, se tira um milhão, dois milhões. E uma outra

regra era que os governadores deveriam, para obter alguns favores a seus Estados, se alinhar politicamente ou concordar com as posturas e ditames do Governo Central. Que entre a lógica da implantação e a sustentação do real, na lógica política da reeleição, estava em tirar recursos dos Estados, fundo de participação dos estados, a Lei Kandir e etc, que é para poder bancar os computadores do Banco Central a partida do dólar, que foi a bancarrota. E privatiza aqui e ali. tirando de lado os blecautes, aí ocorridos pela privatização e o enxugamento das pessoas que estão no comando das transmissões de energia elétrica, no Brasil, que é uma realidade agora, a última vamos tratar da questão da subserviência.

O Estado do Paraná até agora não demonstrou, através do seu governo, nem numa postura mais arrojada, como têm demonstrado tantos outros estados, e sobre maneira aparecendo a figura do Itamar Franco, mas também de uma forma diferente do nosso Governador do Rio Grande do Sul, de como é que se pode, de fato, ter uma conversa de estados federados com o Governo Central. O Paraná continua ainda achando que aquele discurso do alinhamento automático, que se deve ficar ao lado do governo, porque vai receber benesses, mostrou que essa postura política de subserviência não traz resultados para o Paraná. Esses estados estão tendo ganhos substantivos nas conquistas políticas, nas conquistas financeiras. O Estado do Paraná precisa, o Governador Jaime Lerner precisa se espelhar um pouco no Itamar Franco, no Olívio Dutra e tantos outros governadores para poder tomar uma postura de exigência, para que o governo Central olhe com carinho para o povo paranaense.

#### O SR. ORLANDO PESSUTI

Agradeço o aparte que me fez o Deputado Edgar Bueno, agradeço o aparte que me fez o Deputado Irineu Colombo, e se me permitir o Presidente da Assembléia, concedo também um aparte ao Líder o Governo, Deputado Valdir Rossoni.

#### O Sr. Valdir Rossoni

Agradeço o aparte que Vossa Excelência me concede, para principalmente responder ao Deputado Colombo quando ele pede para o Governador Jaime Lerner se espelhar no Governador de Minas Gerais. Deus me livre! Que esse Conselho passe bem longe do Palácio Iguaçu. O Governador Jaime Lerner deu demonstrações de muita competência nas negociações nesse episódio com o Presidente da República e com o Governo Federal, cito o exemplo que hoje mesmo o Secretário de Previdência do Estado - Renato, se encontra em Brasília, junto com o Deputado Federal Hauli, que é o autor do projeto de ressarcimento dos estados, dos prejuízos que os

estados tiveram quando da transformação dos celetistas em estatutários.

Essa é uma demonstração de competência do Governador Jaime Lerner, que está fazendo com que - junto com os governadores inteligentes que sabem o que é melhor a negociação do que o confronto estão alcançando esse objetivo, ressarcir os estados que assumiram compromissos do Governo Federal, e que agora está se fazendo um acordo para serem ressarcidos.

E a outra questão é a lei Kandir. Se abriu uma discussão da lei Kandir e, diga-se de passagem, o Governador Jaime Lerner se posicionou de uma forma que temos que elogiar. No último final de semana quando viajou para o interior, quando todos os agricultores paranaenses preocupados com o fim da Lei Kandir, o Governador Jaime Lerner se posicionou favorável à Lei Kandir para manter as conquistas que os agricultores do Brasil e do Paraná obtiveram.

Mas, de outra forma, exigindo do Governo Federal que reestude os prejuízos que estamos tendo com a Lei Kandir, e isto está acontecendo. Então, de forma nenhuma iremos aceitar o conselho do Deputado Colombo, talvez este conselho sirva a outro governador que não esteja alcançando os seus objetivos como Jaime Lerner está alcançando neste momento, que é motivo de orgulho e satisfação de todos os paranaenses.

Muito obrigado.

#### O SR. ORLANDO PESSUTI

Agradeço a Vossa Excelência pelo parte que me oferece, e não faria a Vossa Excelência e entendo o ponto de vista do Deputado Colombo e o seu e, evidentemente que não pediria a Vossa Excelência para que o Governador Jaime Lerner fosse igual ou assumisse as posições do Governador Itamar Franco, mas pediria a Vossa Excelência que sugerisse ao Governador que não fizesse as críticas como fez aqui no dia da instalação da Assembléia Legislativa, ao Governador Itamar Franco, dizendo que todos nós tínhamos que sentar à mesma mesa, que todos nós, Governo e Oposição, tínhamos que sentar à mesma mesa, porque ele recomendou uma prática que não pratica, porque nós, Deputados da Oposição do Paraná, não temos tido a oportunidade de sentar à mesa do Governador para colocar os nossos pontos de vista.

E, até por uma questão de respeito ao ex-Presidente Itamar Franco, porque pessoalmente estou convencido Deputado Rossoni, que o Presidente da República reuniu os governadores e cedeu em algumas coisas não só fruto da pressão que os governadores fizeram, mas principalmente fruto da posição adotada pelo ex-Presidente Itamar Franco, porque esta sim, é uma posição que incomoda, que pega lá



no calo do Presidente da República. Mas, concordo com Vossa Excelência, o Governador foi feliz quando defendeu a permanência da Lei Kandir neste momento em que estamos comercializando a safra de soja. Ele foi feliz ao buscar no Deputado Haully o apoio que precisa do Líder do Governo e, junto com os outros governadores exigir que os Estados sejam ressarcidos daquilo que a União tirou.

E gostaria que o Governador também buscasse junto ao Governo Federal, e este foi o nosso pronunciamento ontem em Minas Gerais, quando discutíamos a questão do pacto federativo. Que ele buscasse, já que estamos num trabalho com praticamente todos os governadores, já que esta frente parlamentar fala de uma revisão tributária, já que estamos envolvendo Senado e Câmara Federal, que possamos fazer, sim, algumas revisões para que o Paraná deixe de ser penalizado, por exemplo, com o ICMS que perde na transferência da energia elétrica produzida aqui e comercializada no Estado de São Paulo e outros.

Então, gostaríamos que o Governador adotasse estas bandeiras e não apenas como a gente tem visto, Deputado Valdir Rossoni, cantar como cantou em verso e prosa por este Paraná e este Brasil, por aí afora, o fundo de Previdência como sendo a salvação para a situação financeira, o equilíbrio financeiro dos Estados.

Sabemos que não é, porque a fórmula que foi adotada de se criar o fundo de Previdência, o PARANAPREVIDÊNCIA e outros estados estão fazendo, para que este Fundo de Previdência possa cumprir os seus objetivos, buscar de imediato empréstimos vultosos, nós sabemos que o problema vai ser apenas de mudar de um lugar para outro a crise financeira que enfrenta o Estado, que nós sabemos que tem e que os outros Estados também possuem.

Então, que não se cante como sendo isto o “ovo de Colombo”, porque na realidade todos nós sabemos que não é. A bomba vai ficar armada, não agora, mas lá na frente, certamente ela explodirá.

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

A mesa registra com satisfação a presença de Mizael Pereira, Presidente da Câmara de Vereadores de Cascavel, bem como do Vereador Giovani.

Sejam bem-vindos a nossa Casa!.

#### O SR. EDGAR BUENO (Pela Ordem)

Eu tinha pedido Questão de Ordem exatamente para registrar a presença do presidente da Câmara de Vereadores de Cascavel, Mizael Pereira e o Vereador Giovani Donizette da Silva, também o Vereador Severino Folador, em meu nome e em

nome desta Assembléia, do Deputado Tiago Amorim e também do Antonio Carlos Baratter.

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Encerrado o Pequeno Expediente, passamos ao Grande Expediente, orador inscrito Deputado Péricles Mello.

#### O SR. PÉRICLES MELLO

Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Neste sábado, na Câmara Municipal de Curitiba, recebemos a visita do ex-Prefeito de Porto Alegre, um dos mais brilhantes intelectuais da esquerda brasileira, Tarso Genro. Ele discutia conosco um tema que é na verdade o tema do debate desta tarde na Assembléia Legislativa, e é também um tema que trago para reflexão dos Senhores Deputados, que é o tema do controle social sobre o Estado.

Temos debatido, temos feito um grande embate político, ideológico, nesta Casa, desde o mandato anterior, colocando a questão da transparência da democracia, da participação e do poder de fiscalização das minorias. Sem dúvida nenhuma não há nenhuma possibilidade de se construir um Estado direito, nenhuma possibilidade histórica de construir um País mais justo e mais fraterno se não houver transparência do Estado e controle social sobre o Estado.

No Paraná temos uma lição cruel do que significa a falta deste controle, a começar por esta Casa. Quando a Bancada de Oposição faz um requerimento simples, como um de minha lavra a semana passada, pedindo apenas que o Superintendente, o Diretor do IPE nos contasse as dívidas do Estado para com o IPE. Esse requerimento está rejeitado, e muitas vezes o Poder Judiciário sequer respeita o regime de direito, dando uma liminar a uma Bancada de Deputados minoritários nessa Assembléia.

Esse é apenas tão somente um exemplo, porque sistematicamente os nossos pedidos de transparência de informação são rejeitados e o Estado do Paraná vira uma caixa-preta que ninguém tem acesso, a não ser os apaniguados do poder, do seu Governador, dos altos escalões, e aqueles grupos econômicos que se vinculam diretamente ao poder do Estado.

O princípio que rege o nosso debate sobre o Fundo de Previdência é o princípio do controle social sobre o Estado. Não somos contra o Fundo, queremos um Fundo transparente e que haja controle dos servidores, que são as pessoas legitimamente interessadas que esse Fundo funcione em seu benefício.

Sobre isso o Deputado Ângelo Vanhoni já se pronunciou, temos várias emendas que serão dis-

cutidas logo a seguir, e subo a essa tribuna, no Grande Expediente, nessa tarde, para discutir uma outra questão, que também nos coloca a necessidade urgente que tenhamos minimamente o controle dos negócios do Estado do Paraná.

Venho nesta tarde discutir mais uma vez o pedágio e a concessão de rodovias do nosso Estado a grandes grupos privilegiados, a grandes grupos econômicos.

Senhor Presidente e Senhores Deputados, obtive das mãos do Líder do Governo no ano passado, alguns documentos que dizem respeito tão somente ao lote cinco, concessionária chamada RODONORTE, é o lote de rodovias que abrange a rodovia Curitiba-Ponta Grossa, com dois postos de pedágio. Aqui está a proposta comercial apresentada pela RODONORTE, ganhadora da licitação para o lote 05, com alguns dados. Vou ler alguns importantes: edificações de apoio, praças de pedágio. Foram construídas no lote 05 sete praças de pedágio. O preço que a RODONORTE apresenta para cada praça de pedágio é de quatro milhões de reais. Sete praças, vinte e oito milhões de reais. O interessante é que a proposta comercial nem sequer diferencia as praças, que são diferentes. Quem passar por São Luiz do Purunã, verá uma praça com um número maior de computadores, guichês e catracas, do que no posto de pedágio próximo ao Rio Tibagi. Aqui não se especifica nada e se diz tão somente que cada praça custará a quantia irrisória de quatro milhões de reais, segundo a proposta comercial apresentada pela RODONORTE.

Não há a necessidade de ser engenheiro, acho que qualquer pessoa leiga - até uma criança - que tenha um conhecimento de 1º grau, sabe que não pode ser verdade este preço absurdo para o tamanho da plataforma, pela obra civil que é realizada, pelo pequeno nível de terraplanagem. Não é possível, Deputado Algaci Túlio, que cada praça de pedágio custe quatro milhões de reais.

Temos mais alguns dados: pórtico metálico - são dois postes usados sobre a rodovia, que tem duas placas, geralmente verdes, dizendo: "Pedágio a 2.000 metros". Cada pórtico, que são vários, pelo preço apresentado na proposta comercial dessa concessionária, custam tão somente 26.710 reais. É verdade que tem uma sapata, talvez o peso do pórtico justifique uma sapata, uma fundação profunda e o pedágio custa 27.000 reais, além do tratamento paisagístico que recebeu cada praça de pedágio nas rodovias paranaenses.

O interessante, Senhores Deputados, é que na tabela de custos unitários do DER, que conseguimos também no ano passado, na proposta comercial da empresa, um pórtico desses custaria bem menos. Alguns engenheiros dizem que no máximo custaria 6.000 reais.

Outro exemplo: capina, roçada, poda, limpeza e remoção de entulhos. Na tabela do DER de preços unitários: R\$0,20/m²; preço da concessionária: R\$0,35. Recomposição de cercas: na tabela unitária do DER: R\$5,75; na concessionária: R\$22,22, 299% a mais. Taxa refletiva bidirecional: na tabela do DER: R\$9,67; na tabela da proposta comercial da concessionária: R\$21,37. Placa de sinalização com película refletiva: na tabela do DER, R\$145,00/m²; no preço da concessionária, R\$534,00/m², 267% a mais do que a tabela do DER.

Analisando os outros documentos, vamos verificar que estamos diante de uma caixa preta. Em nenhum documento que nos foi oferecido, se explicita o método de cálculo tarifário. É uma espécie de caixa preta. Só diz que a tarifa será calculada em função do investimento da receita, como é evidente isso, é óbvio. Mas não há uma equação clara, é uma coisa feita para esconder a realidade.

Então, poderíamos colocar uma interrogação: será que a tarifa das rodovias paranaenses foram calculadas e definidas em função da tabela de custos unitários do DER ou das propostas comerciais colocadas na licitação pelas empresas concessionárias?

Deputado Luiz Carlos Zuk, ainda temos esta dúvida, mas temos quase certeza que, pelo menos a primeira tarifa se baseou no preço oferecido pelas concessionárias. Por quê? Se compararmos a proposta comercial da RODONORTE, relativa ao lote 5, num dos itens: recuperação inicial, esta proposta diz que: "para fazer a recuperação inicial das rodovias do lote 5, serão necessários R\$29.915.000,00". Apenas o lote 5, que é o maior lote dos 6 lotes, dá mais 1/3 do total das rodovias, em extensão.

Pois bem, se compararmos estes dados com os dados oferecidos pela Secretaria dos Transportes, Departamento de Estradas de Rodagem, Programa de Concessão de Rodovias do Estado do Paraná, síntese do programa, na relação de investimentos dos 24 anos, diz a Secretaria de Transportes: "Recuperação inicial das rodovias, seis primeiros meses de concessão: R\$90.000.000,00." Vamos comparar, Deputado Zuk, a concessão do lote 5, segundo a proposta comercial da RODONORTE, R\$30.000.000,00; no documento do Governo, para todos os lotes, R\$90.000.000,00. Como o lote 5 é o maior de todos em extensão, equivale a aproximadamente 30%, os dados batem. O custo do lote 5, segundo a expressão da própria concessionária, é 1/3 do custo admitido pelo Governo, no conjunto de 6 lotes paranaenses.

Isto me leva a crer, a supor e a levantar uma hipótese, com certa fundamentação, que realmente o Governo do Estado do Paraná, quando definiu, no ano passado, as tarifas iniciais, ele se fundamentou -

senão todo, pelo menos em grande parte - nas propostas comerciais apresentadas pelas empreiteiras. Talvez tenha sido este motivo, esta sustentação no valor das tarifas, num super-faturamento absurdo e monstruoso, apresentados pelas concessionárias que nem licitação tiveram, como já disse aqui anteriormente, não existiu licitação, foi uma farsa, os Senhores lembram, provamos esta farsa.

Então, tudo leva a crer que o Governo se sustentou no cálculo da tarifa nestes preços absurdos e por isso teve a ousadia, a força moral, política e legal, para, num ato unilateral, baixar, pela metade, as tarifas às vésperas da eleição, para se tentar - e efetivamente conseguiu - uma vitória eleitoral no Paraná.

Essa hipótese, repito, não tenho ainda o método, a equação, a fórmula matemática que defina, claramente, o valor da tarifa. Isso ninguém tem! Tenho certeza, Senhor Presidente, que o conselho fiscalizador, montado pelo Governador, onde ele tem absoluta maioria e que nem é chamado - hoje conversei com o Sindicato das Transportadoras - dificilmente são chamados a participar de uma reunião do conselho, esse conselho também não tem acesso a esta equação que define o cálculo da tarifa.

Concedo aparte ao Deputado Edgar Bueno.

#### O Sr. Edgar Bueno

Deputado Péricles, ouvi o senhor dizer que na planilha das empreiteiras estes postos de pedágio, que mais parecem um portal de entrada de fazenda, apenas um portal de alumínio está orçado, pelas concessionárias, na sua planilha, por R\$4.000.000,00, cada praça de pedágio.

Então, só para fazer um comparativo, que muitas vezes as pessoas, nesse momento econômico, não podem nem imaginar o que significa 4 milhões, mas fazendo a conta aqui e se baseando em um metro cúbico de 250 reais, dá para construir 3 prédios de 20 andares com 2 elevadores e ainda sobra dinheiro para iniciar o 4º prédio de 20 andares. Estou fazendo essa comparação em edifícios monstruosos para que as pessoas possam imaginar o que representa isso. Imaginem, como sugere aqui o Deputado Antonio Annibelli, se fosse transformar estes valores em números de casas populares que poderíamos construir nesse Estado.

Então, só queria dar essa colaboração.

#### O SR. PÉRICLES MELLO

Vejam Deputados, a que ponto chegamos quando não existe transparência, controle social sobre o Estado. É a isso que se chega, àquilo que o economista chamado Cezar Benjamin denominou de acumulação predatória do capital.

Qual a origem da chaga latino-americana? Qual a origem da desigualdade cruel que ronda

nosso país, em que o cidadão trabalha o dia inteiro para ganhar 130 reais? Um professor é obrigado a trabalhar 50 horas de aulas semanais. Sou professor e sei o que é isso. Sei o que custa para a vida do professor dar 50 horas de aula, para sua saúde física e espiritual, para ganhar 1 mil reais, 1 mil e 500 reais. Um doutor na universidade, Deputado Edgar Bueno, dedica a vida inteira trabalhando, estudando, para ganhar 2000 mil, 2 mil e 500 reais, 3 mil reais em uma universidade, e um grupo se enriquecendo às custas do Estado! Esses grupos, repito, é claro, são puros intermediários do dinheiro público, nada mais que isso. São simples e tão somente intermediários do dinheiro público. Eles arrecadam o dinheiro com uma mão e repassam para sua empreiteira uma parte pequena do dinheiro que arrecadam com a outra. E ficam em suas mãos com um lucro vultuoso que podem muito bem sustentar campanhas eleitorais milionárias para fazer valer seus interesses.

Mas nesse ponto, quero, Deputado Valdir Rossoni, fazer uma reflexão de cunho ideológico nesta Casa. Ideológico no sentido de concepção de mundo, de orientação para os nossos atos. E que a concessão de rodovias da forma como foi feita é um paradigma da tristeza, da crueldade, da fragilidade teórica, do pensamento chamado neoliberalismo. Entregaram-se as rodovias do Paraná por 24 anos para seis grandes consórcios nacionais. O que significa isso? Imaginem os Senhores o poder que foi dado de um dia para outro para seis grupos econômicos! O poder de controle sobre o Estado, o poder de corrupção sobre agente do Estado. Imaginem se o senhor Jaime Lerner hoje quisesse tirar a rodovia das mãos desses consórcios, como é que ele vai fazer? Quanto tempo vai demorar na justiça e o que o povo do Paraná vai pagar?

Isso é neoliberalismo. De uma hora para outra se entregaram essas rodovias para seis grandes grupos, sem licitação, porque se impediu sistematicamente que as médias empreiteiras participassem, porque ao calcular o capital mínimo, fazia-se a média e então se somava, chegando ao absurdo. Uma empresa de 300 milhões poderia participar sozinha. Duas de 200 não podiam porque a média estava 200; já estava alijado o processo. A pequena suspendia a grande. E as estradas foram entregues em 24 anos para grupos econômicos, que nenhum controle temos sobre eles. A tarifa é uma caixa preta, e qualquer requerimento que façamos aqui vai ser sumariamente rejeitado pela bancada governista, para esconder do povo do Paraná as falcatruas que estão acontecendo no pedágio do nosso Estado.

Senhor Presidente, Senhores Deputados. Quando se fala do DER, se chama de ineficiente e ineficaz. Se incute na consciência popular, que é

assim mesmo. As pessoas acham que é assim, aliás hoje, a crise moral do nosso país é tão grande, e quando nos levantamos contra o roubo, as pessoas dizem - é assim mesmo! Todo mundo rouba, fazer o quê? O povo brasileiro nem escuta mais denúncias de corrupção, se acostumou a ela. Tão impregnado está o Estado brasileiro dessa chaga, desse mal. Tendo por trás uma ideologia que legitimou a corrupção, sustentou e acobertou. Pois bem! Quando se diz que o DER é ineficiente, se esquece de dizer, que um diretor de uma concessionária, ganha, de salário, somando salário, encargos sociais, imposto de renda, chega apenas a 22 mil reais por mês. Isso não se fala. Acho até estranho esse cálculo porque aqui diz, salário mensal 12 mil, encargos sociais 10 mil, somando tudo 22 mil. O diretor financeiro, bruto 17 mil, o diretor de obras, 17 mil, assim por diante. Isso não se fala. Quando se fala que um funcionário do Estado ganha 300 reais por mês, o que se diz por aí, que ele ganha pouco? Não! Que ele não trabalha! É isso que se diz. Ou seja, há uma inversão total das coisas, mas se esquecem de dizer que esse país, mesmo no regime militar autoritário construiu milhares e milhares de boas rodovias, porque tinham um Fundo Rodoviário na época, e que o dinheiro para as rodovias do impostos era colocado nesse Fundo e esse dinheiro era usado para as rodovias.

Subimos a essa tribuna, não apenas para criticar, é sempre assim, o PT sempre critica, o PT não tem proposta. Viemos aqui seguidas vezes, apresentar proposta para o Fundo Rodoviário Paranaense. Se o país está em crise, se o estado está em crise, não tem dinheiro para a saúde, para a educação, para o saneamento básico. Pois bem! Que aceitemos pagar um pedágio justo, transparente, que seja feito um Fundo, um Conselho democrático, controle da sociedade sobre o Estado, que desse Conselho participem Deputados, Promotor de Justiça, participe presidente do Sindicato de Transportadoras, dos caminhoneiros, participe o Secretário de Transporte, e esse Conselho é que vai administrar o Fundo Rodoviário com o dinheiro do pedágio, de forma transparente. E a cada ano, esse Conselho, se o senhor governador acha que os engenheiros do DER são incompetentes, que o DER não é capaz de fazer nada, que esse Fundo contrate empreiteiras em licitação legítima, democrática e transparente para fazer as obras necessárias de dois em dois anos. As duplicações, as obras de arte, a preservação das estradas. Mas não entregar por 24 anos as rodovias paranaenses para grandes grupos sem licitação, que se enriquecem à sombra do Estado, sem nenhum poder fiscalizatório por parte da população, por parte dos deputados da oposição, com poder enorme de influenciar sobre os próprios negócios do Estado, comprando pessoas se for pre-

ciso, com dinheiro, que tem muito, através do pedágio exorbitante que pagamos, enquanto os nossos caminhoneiros tomam remédios para não dormir a noite para poder ganhar um dinheiro a mais, ficando 30 dias longe de suas casas e provocando - porque dormem no volante ou porque estão muito excitados - os graves acidentes que ceifam vidas de milhares de pessoas no Brasil. Não é possível que aceitemos calados esse negócio. Não é possível que a própria Assembléia Legislativa vá aos jornais pedindo que o pedágio aumente, sem uma equação matemática sequer que nos oriente no valor da tarifa.

Não é possível que o governador tenha a desfaçatez de, ganhando uma eleição baseada numa indignação moral sua, como diziam os jornais da época, baixando unilateralmente a tarifa e, logo depois de ganhar as eleições, o mesmo governador de forma unilateral aumente as tarifas, dizendo que o Paraná não pode abdicar da duplicação das rodovias. Não é possível.

Agora existem soluções, Deputado Valdir Rossoni, basta um pouco de boa vontade. Podemos, se quisermos aprovar uma lei, criar um conselho legítimo, democrático, com a participação do Poder Judiciário, do Poder Legislativo, do Poder Executivo, com a participação direta, combinando a democracia representativa direta, que só assim se tem controle do Estado, dos caminhoneiros, dos usuários, dos transportadores, para que todos saibamos quanto custa, de verdade, uma tarifa. E que as empresas tenham lucro honesto e justo para conservar as estradas do Paraná. Podemos fazer isso se quisermos. É muito mais digno fazermos isso, ao invés de tentar legitimar um aumento de pedágio logo depois de um processo eleitoral.

Quero deixar aqui um desafio. Que tenhamos a ousadia política, e moral, já digo, pela crise que vivemos, de fazer um projeto de lei que ponha o controle do povo paranaense sobre as concessionárias das rodovias do nosso Estado. Essa é a grande saída para esse impasse.

Trarei a seguir mais dados. Pedi e agradeço, nesse sentido, o Deputado Valdir Rossoni, porque foi ele que me entregou todos os dados que estão aqui em minhas mãos, senão não teríamos, como em outros caso não tivemos. E, junto com a Bancada do PT, do PMDB estamos contratando uma equipe de engenheiros para fazer uma análise rigorosa. Iremos buscar informações com o secretário, acompanhados com especialistas e técnicos sobre a questão da tarifa.

### **O Sr. Irineu Colombo**

Tenho mais uma informação que essas praças de pedágio foram construídas na chamada subempreitada no valor de seiscentos e cinquenta mil

reais, que consta na comprovação fiscal das empresas que prestaram o serviço.

Muito obrigado.

O SR. PÉRICLES MELLO

Obrigado, Deputado Irineu Colombo, também tenho essa informação. Mesmo colocando computadores de ouro não iria chegar a quatro milhões de reais o valor de uma praça de pedágio.

Gostaria apenas contribuir com o debate que está se iniciando. Vamos ter que travar um longo debate sobre as concessões de rodovias. Repito, estamos contratando uma equipe de profissionais para fazer um levantamento rigoroso. Vamos consultar e chamar, inclusive, à Assembleia em sessão pública o Secretário de Transporte para que nos explique essa caixa preta da tarifa rodoviária do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Passa-se ao Horário das Lideranças.

Com a palavra, o PPB, Deputado Fernando Ribas Carli.

O SR. VALDIR ROSSONI

Senhor Presidente, requeiro a V.Exa. num acordo de lideranças, que Vossa Excelência concedesse a palavra primeiro à Liderança do PTB que farei uso e logo após, o PTB faria uso da palavra, porque é assunto que se refere a pronunciamento do Deputado Péricles.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com aquiescência do Deputado Ribas Carli, cedemos a preferência do horário ao PTB.

Com a palavra, o Deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI

Senhor Presidente, Srs. Deputados, prezados paranaenses que estão aqui presentes.

Quero agradecer ao Deputado Ribas Carli que nos concede a prioridade de falarmos aqui sobre o assunto falado pelo Deputado Péricles Mello e fiz questão de falar logo após o seu pronunciamento, porque vou ser repetitivo, pois o discurso feito pelo Deputado Péricles é repetitivo, é reprise da semana passada. Talvez a plateia tenha mudado e interessou fazer o mesmo discurso.

Agradeço ao Deputado Péricles em dizer que lhe concedi os documentos, mas quero fazer uma ressalva: quem lhe entregou os documentos para que V.Exa. fizesse os estudos que fez, não foi o Deputado Rossoni, foi o governo Jaime Lerner do qual V.Exa. daquela tribuna, no início do seu pronunciamento acusou que não é transparente. Digo mais: V.Exa. tem em mãos os documentos do Anel de Integração e das concessões das rodovias por mais de um ano e digo aos parlamentares e é importante

que se diga e às vezes, a verdade é difícil de ser dita porque é doída, mas digo aos parlamentares que se esses documentos foram colocados à disposição do ilustre parlamentar há mais de um ano e ele vem ao decorrer deste ano (quando digo um ano, pode ter sido um prazo de sete ou oito meses) à tribuna, toda semana e quando temos uma boa plateia, sendo repetitivo, cansativo e falando a mesma coisa. Se tivesse feito uso da palavra com o poder que ele tem e com os documentos de que é detentor, ele poderia fazer uso da tribuna para apresentar aqui denúncias com documentos. Por isso nós aqui da Casa aprendemos e por isso estamos no terceiro mandato, que para nós o pronunciamento de um parlamentar é muito importante, mas quando ele é fundamentado em cima de documentos que provam o que ele está falando.

Dizer que o governo Jaime Lerner não é transparente, é, no mínimo, admitir que não estava presente nesta Casa no ano passado. Digo mais: a contradição vai acontecer dentro de poucos minutos. V.Exa. diz que o governo não quer esclarecer nada. Está na mesa, um requerimento de autoria do Deputado Orlando Pessuti que requer envio de pedido de informações ao Secretário Heinz Herwig solicitando diversos questionamentos sobre o pedágio, sobre as concessões e sobre o Anel de Integração. Falei há pouco com o Secretário Heinz que teve a mesma postura há um ano atrás, quando telefonei dizendo que o Deputado Péricles queria ter conhecimento dos documentos de licitação e de concorrência pública. O Secretário de Transportes disse: os documentos estão na sala tal, estão lá os técnicos e o governo à disposição para prestar qualquer esclarecimento sobre esta questão. E o Deputado Péricles esteve, verificou os documentos, viu os documentos e hoje, quando diz que não houve concorrência, que não houve transparência, poderia ter contado para nós que documentos que ele viu então, na Secretaria de Transportes, porque eu sei que ele esteve lá junto com os técnicos da Secretaria de Transportes.

Mas, para provar mais uma vez que o discurso tem que ser embasado em cima de documentos, respondo ao Deputado Péricles, com aprovação do requerimento do Deputado Pessuti, e digo ainda mais, o Secretário de Transportes além de responder às indagações aqui feitas pelo Deputado Pessuti, se coloca à disposição em qualquer hora, em qualquer momento para prestar esclarecimento. Se ater ao cálculo de uma sapata, ou de um posto de pedágio, a um vidro, ou a um carro de socorro, é muito pequeno, para discutirmos uma questão de tamanha importância que é o Anel de Integração. Se ater ao discurso comparativo do salário do servidor público, quando simplesmente eu poderia

responder para V.Exa., quanto paga o seu governador lá no Estado aonde vocês governam.

Quantas CPIs foram formadas ou que foram deixadas pelo prefeito de Londrina quando o PT governou Londrina? Então, quando o povo fala que o discurso está longe da prática é verdadeiro, o povo tem toda razão, está aqui a maior prova de que o discurso está longe da prática.

Deputado Péricles, com todo o respeito que tenho por Vossa Excelência, Vossa Excelência é um Deputado brilhante, competente, mas falha gravemente neste momento, porque não apresenta documentos consistentes. Não tem um outro discurso a não ser: "Vamos requerer uma CPI". Mas, para requerer uma CPI precisamos de documentos para iniciar este processo, ou vamos entrar na Justiça. Ora, entrar na justiça sem documentos? É claro, que a Justiça jamais dará ganho de causa a quem está desprovido, ou está sem munção, para ganhar a questão.

É por isso que as proposições de Vossa Excelência, e do vosso Partido não têm continuidade, não tem aprovação porque nunca tiveram consistência.

Está aberta a Secretaria de Transportes para Vossa Excelência, estão à disposição todos os técnicos da Secretaria de Transportes, está à disposição de Vossa Excelência o Secretário de Transporte para qualquer esclarecimento. Estando à disposição o Secretário de Transportes, os técnicos, a documentação, que apesar de um ano que Vossa Excelência já tem à disposição, ainda não trouxe aqui, documentos que provem algo ou alguma irregularidade, nós ainda vamos ter mais uma oportunidade. está aberta a Secretaria de Transportes, ela é pública e é um dever do Deputado.

Agora, Srs. Deputados, não posso aceitar, como Líder do Governo, o uso de palavras feitas pelo Deputado Péricles contra o nosso governador, quando há mais de um ano, imploro, desta tribuna, documentos consistentes que provem irregularidades, porque ninguém de nós, nem os Deputados do Governo e nem de Oposição, estamos aqui para acobertar irregularidades, estamos sim aqui para fiscalizar o Executivo, mas fiscalizar com responsabilidade, e não colocar sobre julgamento, sobre hipóteses, sobre suposições, ou pegar um ítem que não fazendo a análise do global, é claro que se torna até agradável e de repente recebe aplausos.

É esta a posição do Governo, é esta a posição da bancada do governo. Pedimos encarecidamente a Vossa Excelência: traga documentos para que possamos apoiá-lo nesta questão importantíssima para o povo paranaense, para o desenvolvimento do Estado do Paraná e para o desenvolvimento e criação de novas oportunidades para o nosso Estado.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Ainda no Horário das Lideranças, com a palavra o Deputado Fernando Ribas Carli.

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados.

No início da Sessão de hoje, foi levantada uma questão que considero de grande importância na vida de todos os paranaenses, que é a questão da segurança pública.

Todos os dias nós temos assistido pela mídia eletrônica ou lido pela mídia impressa, a quantidade de crimes que vem ocorrendo não só em nosso Estado mas em todo o Brasil. O crescimento é espantoso, e lógico, claro e evidente que uma coisa não anda sozinha. este crescimento da violência está fundamentado em outras questões como as econômicas, por exemplo. O grande desemprego que assola todo o País por conta desta política econômica desastrosa implantada pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso e sua equipe neoliberal que fez a abertura indiscriminada deste País para que aqui chegassem mercadorias das diversas regiões do mundo competindo com o pequeno fabricante de confecções do Norte do Paraná ou com o pequeno agricultor do Sudoeste do nosso Estado.

Mas quero me ater, Senhor Presidente e Senhores Deputados, na questão da segurança pública. Foi levantado pelo ilustre Deputado Moysés Leônidas e pelo Deputado Alborghetti, ambos conhecedores em profundidade da questão de segurança pública do nosso Estado.

Mas, me permito também entrar nesta seara porque aqui foram levantados assuntos que dizem respeito a parte da política que considero a mais importante: a polícia científica que é a polícia que dá amparo para todos os outros acontecimentos do setor policial.

E temos assistido hoje, Senhor Presidente, não um desmonte, isto não podemos dizer, mas estamos assistindo a falta de investimentos num setor da mais alta importância da segurança pública, Sabem os senhores aqui, existem inúmeros advogados que ingressam com ações na Delegacia de Polícia, que tem que ser feito um inquérito policial, e para ser encaminhado à Procuradoria tem que ter subsídios da parte técnica, e esses subsídios não estão existindo.

Temos um quadro de Polícia Científica em nosso Estado, de primeira grandeza. E, quando falamos em Polícia Científica, os leigos, ou aquelas pessoas que talvez não tenham um trato mais de perto com o a polícia, ela se refere, por exemplo, ao médico legista. O quadro da Policia Científica é um quadro extenso, com diversos profissionais. Temos os médicos legislas que são importantes, mas temos

os químicos legais, temos os toxologistas, temos os peritos criminais, temos os peritos policiais, temos os auxiliares de necrópsia. Para dar um exemplo aos senhores da importância desse quadro para a segurança pública, no momento em que assistimos os crimes da informática, Senhor Presidente, e isso me deixa com muito medo porque a falta de investimentos no setor de polícia científica nos deixa à mercê dos grandes criminosos do mundo todo.

Sabem que os senhores hoje que é muito fácil através da entrada por meios ilícitos aos programas de computação das grandes instituições financeiras serem feitas transferências de valores e de fundos. E hoje nós precisamos também investir na parte técnica, na qualificação científica para que possamos também coibir esses crimes. O crime não é só o roubo da galinha ou o assalto à casa, ou mesmo esses crimes intrincados quando precisamos dos técnicos analisando, não somente a questão da dosagem alcoólica daquele motorista embriagado que atropelou um, dois, três, ou meia dúzia; mas também naquele resíduo de sêmen que ficou num canto da parede, porque temos que definir, através do exame de DNA, se os acusados, se os suspeitos são aqueles que têm a mesma conotação de gens do encontrado naquele material.

Quero neste momento, aproveitando a oportunidade que me foi oferecida pelos pronunciamentos dos ilustres Deputados, fazer um apelo a esta Casa, em especial um apelo à Comissão de Segurança, para que façamos um convite ao Diretor do IML, ao Diretor do Instituto de Polícia Científica do Estado do Paraná para que possamos discutir essas questões, para poder dotar todo o Estado do Paraná, ou no mínimo as cidades-pólo das microrregiões com os laboratórios equipados, não só com materiais, mas também com material humano, com os técnicos em todas as áreas para que não continuemos a assistir a cada dia que passa os crimes não sendo solucionados. E como disse o ilustre Deputado Alborghetti: quando a vítima é alguém que pertence à classe diferenciada da sociedade manda-se fazer exames até nos Estados Unidos; mas quando é alguém do povo, cidadão simples, trabalhador da mão calejada, cai no esquecimento por falta de recursos, por falta de equipamentos nos laboratórios e por falta de material humano.

Então, uso do tempo da liderança do meu partido, Senhor Presidente, para fazer este apelo à Casa, a todos os Deputados, para que através da Comissão de Segurança façamos um convite para todos os diretores dos órgãos que envolvem o Instituto de Polícia Científica do Estado do Paraná para que possamos fazer da segurança pública do Estado do Paraná um serviço à população, a toda a população sem nenhuma discriminação, para que todos tenham acesso a todos os trabalhos de qual-

idade que podem ser oferecidos pelos técnicos do nosso Instituto de Polícia Científica.

Muito obrigado Senhor Presidente.

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

A Mesa registra com satisfação a presença do vice-Prefeito de Rolândia, Senhor João Dário; da mesma forma o Presidente da Câmara de Cambará, João Matta Olivato. Sejam bem-vindos à nossa Casa.

Ainda inscrito no horário das Lideranças, pelo Partido Liberal, Deputado Edno Guimarães.

#### O SR. EDNO GUIMARÃES

Senhor Presidente, Senhora Deputada, companheiros Deputados.

Queremos hoje, iniciando praticamente mais um mandato - é a primeira vez que retornamos a essa tribuna, trazendo algumas preocupações da nossa região. E, agora, com os deputados eleitos, os novos, principalmente da região Noroeste, queremos colocá-los ao par de todos os projetos e requerimentos, que fizemos no ano passado e nos anos anteriores e que as obras ainda não foram executadas e que têm trazido um transtorno muito grande à nossa região.

A região Noroeste é o celeiro do Paraná. É produtiva, de grande produção de grãos e com a construção da ponte de Guaíra, construída pelo Governador Jaime Lerner, aumentou-se muito o tráfego na rodovia que liga Guaíra, Cianorte e Maringá.

Há muito tempo, meus caros Deputados de Maringá, Braz Palma, Deputada Serafina, Ricardo, não temos mais Walmor Trentini, em Paranavaí, nem o Deputado Nelson Tureck, em Campo Mourão. Queremos nos somar com os demais Deputados, Basílio Zanusso, os Deputados daquela região, a nossa principal reivindicação é a construção de mais uma ponte sobre o Rio Ivaí, ligando então, Cianorte a Maringá. Essa ponte construída que ali está há mais de trinta anos, que foi dividida, aproveitando o projeto original - fizeram a linha férrea também, usando a mesma ponte - reduziu-se o espaço para o transporte rodoviário nesta ponte. A ponte está num estado bem ruim e tem acontecido centenas de acidentes. Há muitos anos estamos pedindo que o governo olhe por essa prioridade na região.

Queremos nos somar com os nossos companheiros, Senhor Presidente, para que juntos possamos em breve termos esse projeto, ali, executado sobre o Rio Ivaí, que é de grande valia para a nossa região. Trará uma melhoria muito grande e evitará centenas de acidentes, que têm ocorrido seguidamente naquela rodovia.

Deputado Divanir Braz Palma, nosso companheiro, é daquela região e tem suas propriedades

também naquela região, sabe das dificuldades que temos.

Hoje estamos colhendo uma grande safra, não só a de soja, que é a maior, mas de tantos outros produtos produzidos naquela região estão sendo transportados nessa época. Temos acidentes, quase que diariamente, próximo ou em cima da ponte, seguidamente nessa fase do ano.

Por isso, quero me somar aos demais pares para conseguirmos em breve mais uma ponte sobre o Rio Ivaí ligando Porto Guaíra, Umuarama, Cianorte e Maringá.

#### O Sr. Divanir Braz Palma

Permite-me um aparte?

**(Assentimento)**

Quero parabenizá-lo com a sua preocupação. Vossa Excelência é uma autoridade muito respeitada na região Noroeste. Uma liderança incontestada, que vem lutando há muitos anos por essa melhoria da nossa ponte sobre o rio Ivaí. Vossa Excelência lembrou muito bem, com a inauguração da ponte ligando Guaíra ao Mato Grosso, o tráfego aumentou consideravelmente e a qualidade das estradas nossas, lá não temos pedágio e existe também um desvio muito grande de trânsito, devido aos motoristas quererem fazer economia, e com razão naquela região de Toledo. e com mais um detalhe, nobre Deputado, vamos ter este tráfego aí aumentado mais ainda com a inauguração da ponte de Caráima, certo?

Então Vossa Excelência está certo e quero aproveitar aqui para cobrar a nossa já tão cantada rodovia que é a rodovia Boiadeira. Cada Governador que vai lá, em campanha, promete que ela fica pronta. E assim, de campanha em campanha, a nossa boiadeira continua ainda no papel.

E quero dizer que também da nossa parte estaremos ao seu lado, lutando para conseguirmos a duplicação desta ponte do Ivaí que é muito importante para nós.

Muito obrigado.

#### O SR. EDNO GUIMARÃES

Muito obrigado, Deputado Divanir Braz Palma por esta contribuição, nesta linha de pensamento nosso e quero dizer a Vossa Excelência que também teremos que fazer um trabalho junto à Secretaria de Transportes e pedir que, urgentemente seja feita a duplicação da rodovia, pelo menos de Paissandu até Maringá.

Nós de Cianorte que temos Maringá como um grande centro de compras, nós viajamos muito por ali e a gente gasta de Cianorte a Maringá, que tem mais ou menos 70 quilômetros, 30 minutos até Paissandu e depois, aqueles 7 quilômetros ali, mais 30 minutos, porque temos mais de 22 obstáculos, que-

bra-molas, e um trânsito também bastante fechado, cerrado durante o dia todo, e uma das nossas reivindicações.

Quanto à estrada Boiadeira, é uma estrada que muitos governadores já discursaram na construção, na conclusão desta obra, iniciada por alguns governos passados e até hoje não concluída ainda.

E agora estamos sabendo é claro que é com recursos do Governo Federal, do DNER, que já está parando de novo as obras que se reiniciaram agora, a passo de tartaruga, lentamente.

Então estamos aí atentos e vamos cobrar dos Deputados Federais para que não pare esta obra que é tão importante.

Quando terminarmos a obra da Ponte Camargo, que já está concluída, falta só o aterro da ponte, é um município que tenho o prazer de representar, está pronta a ponte e vamos ter um problema muito sério se nós não tivermos a estrada Boiadeira concluída até a cidade de Cruzeiro do Oeste.

Então estas são as nossas preocupações, nossas reivindicações, não minhas, de um Deputado só, de toda a região Noroeste do Paraná.

Tenho certeza que pelo manifesto dos demais Deputados, Deputado Divanir Braz Palma, também é uma de suas prioridades.

Quero somar com vocês e cobrar seriamente do Governo, a solução desta grande obra para desenvolvimento do Noroeste do Estado do Paraná.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No Horário das Lideranças, com a palavra o Deputado Waldir Rossoni.

#### O SR. VALDIR ROSSONI

Faria um pronunciamento sobre a questão PARANAREVIDÊNCIA, Sr. Presidente. Deixarei para o dia que formos votar e apreciar as emendas do referido projeto.

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Esta Presidência anuncia, com muito prazer a presença da vereadora de Marechal Cândido Rondon, Eliete Vacem, bem como o Sr. Edson Vacem, coordenador do curso de Educação Física da UNIOESTE.

#### O SR. IRINEU COLOMBO (Pela Ordem)

Sr. Presidente, apenas para anunciar a presença do ex-Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Guaíra, o Joãozinho, bem como o coordenador dos ilhéus de Guaíra, que é o Eduardo e também acompanhado do Secretário da Associação dos Ilhéus, o Antônio, que fazem presença aqui. Teremos uma reunião, logo a seguir a esta



sessão plenária para tratar da questão dos ilhéus atingidos pela decretação do Parque Nacional de Ilha Grande, na sala das comissões todos os Senhores Deputados estão sendo convidados.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Devidamente registrado.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

### **ORDEM DO DIA,**

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Expediente subscrito pelo Sr. Deputado Orlando Pessuti, na qualidade de Líder do PMDB, constante do expediente, informando que a Bancada terá como vice-Líderes no corrente ano os Srs. Deputados Ademir Bier e Waldyr Pugliesi. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Expediente subscrito pelo Sr. Deputado Ricardo Maia, na qualidade de Líder do PSB, constante do expediente de sessão anterior, indicando o nome do Sr. Deputado para integrar a Comissão de Constituição e Justiça, na condição de representante do partido. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Expediente subscrito pelo Sr. Deputado Ademar Traiano, na qualidade de Líder do PTB, constante do expediente, indicando o nome do Sr. Deputado para compor a Comissão Especial criada por esta Casa de Leis, para analisar problemas relacionados à infraestrutura urbana na Região Metropolitana de Curitiba. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Expediente subscrito pelos Senhores Deputados Orlando Pessuti, Edgar Bueno, Pércles Mello, Tony Garcia, José Maria Ferreira, Ademar Traiano, Plauto Miró Guimarães, Edno Guimarães, Ricardo Maia e Chico Noroeste, na qualidade de Líderes dos partidos: PMDB, PDT, PT, PPB, PSDB, PTB, PFL, PL, PSB e PSC, constante do expediente, indicando os Membros de suas respectivas Bancadas para integrarem o Bloco Parlamentar Agropecuário da Assembléia Legislativa, tendo como consenso o nome do Sr. Deputado Orlando Pessuti para Presidência e do Sr. Deputado Miltinho Puppio para vice-Presidência. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Expediente subscrito pelos Srs. Deputados Chico Noroeste, Pércles Mello, Edgar Bueno, José Maria Ferreira, Orlando Pessuti, Edno Guimarães, Ademar Traiano, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Maia e Duílio Genari, na qualidade de Líderes dos Partidos: PSC, PT, PDT, PSDB, PMDB, PL, PTB, PFL, PSB e vice-Líder do PPB respectivamente, e demais Srs. Deputados, constante do expediente, indicando os membros para a composição do Bloco

Parlamentar Municipalista da Assembléia Legislativa. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Antonio Baratter, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 20 (vinte), de autoria do Sr. Deputado Beto Richa, constantes do expediente. Necessitam de apoioimento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 05 (cinco) de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constantes do expediente. Necessitam de apoioimento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Nereu Moura, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

### **ITEM 01**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 043/99, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 006/99, que dispõe sobre a isenção da contribuição previdenciária de servidores e pensionistas estaduais para os fundos de natureza previdenciária instituídos pela Lei nº 12.398, de 30 de dezembro de 1998, e dá outras providências. SEM PARECERES DAS COMISSÕES. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o referido projeto, Emendas de Plenário, em nº de 18 (dezoito), de autoria de diversos Srs. Deputados, devidamente apoiadas, nos seguintes termos:

#### **EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE Nº 01 PROJETO DE LEI Nº 43/99**

Fica alterado o art. 1º, do Projeto de Lei nº 43/99, que passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - Os servidores Públicos e Militares do Estado, inativos, bem como os pensionistas estaduais, que contem com mais de 70 (setenta) anos de idade e auferiram proventos ou pensão de até 03 (três) salários mínimos, ficam isentos da Contribuição Previdenciária para os Fundos de Natureza Previdenciária de que trata a Lei nº 12.398, de 30 de dezembro de 1998.

Sala das Sessões, em 16.03.99.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

Apoioimento:

Hidekazu Takayama, Luiz Carlos Zuk, Cesar Seleme, Augustinho Zucchi e Moysés Léonidas.

#### EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 02

Fica acrescido o seguinte artigo ao Projeto de Lei nº 43/99:

“Art. ... Fica acrescido ao art. 113, da Lei nº 12.398, de 30 de dezembro de 1998, o seguinte parágrafo único:

Art. 113...

Parágrafo Único - Ficam asseguradas, ao funcionário público policial, as regras estabelecidas pela Lei Federal nº 51, de 20 de dezembro de 1985.”

Sala das Sessões, em 16.03.99.

(a) HIDEKAZU TAKAYAMA

Apoiamento:

Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Zuk, Divanir Braz Palma, Nelson Garcia, Moysés Leônidas e Augustinho Zucchi.

JUSTIFICATIVA:

A Emenda Constitucional nº 20 excepcionou dois casos específicos em matéria previdenciária:

De um lado determinou que as funções com risco de vida fossem contempladas de forma diversa daqueles do sistema comum;

De outro lado, também aqueles que exercem funções com alta periculosidade e ou em situação gravosas receberam tratamento diferenciado.

Ora, é notório que a polícia, tanto militar como civil exerce atividades com risco de vida e até com alta periculosidade, sendo destarte necessário que a legislação estadual contemple tal situação.

O governo federal através da Portaria nº 992 de 05 de fevereiro de 1999, do Ministério da Previdência Social diz textualmente: “Fica vedada a concessão de aposentadoria especial até que lei complementar federal disponha sobre o tema, com exceção da aposentadoria especial prevista na Lei Complementar nº 51 de 20.12.1985, recepcionada pela Emenda Constitucional nº 20 de 16.12.1998” (art.16, parágrafo 2º).

Assim, a presente Emenda visa adequar a legislação estadual sobre a matéria com os dispositivos da lei 12.398/98 no referente a peculiaridade da polícia militar e civil do Estado do Paraná.

Os dispositivos legais atestam tanto a legalidade da proposta como a necessidade de enquadramento legislativo da matéria, evitando-se lacunas passíveis de interpretações diversificadas e com jurisprudência nem sempre pacificadas, e por último, e mais importante, trazendo graves danos à atividade de segurança pública através dos abnegados servidores das forças policiais.

EMENDA DE PLENÁRIO DE Nº 03

Os itens I e II do Art. 78 da Lei nº 12.398 de 30 de dezembro de 1998 acrescidos do Parágrafo Único, passam a ter a seguinte redação:

Art. 78...

I - 10% (dez por cento) incidentes sobre a parcela de remuneração do provento ou da pensão que exceder a R\$1.200,00 (um mil e duzentos reais), até o limite de R\$2.500,00 (dois mil e quinhentos reais).

II - 14% (quatorze por cento) incidentes sobre a parcela da remuneração do provento ou pensão que exceder a R\$2.500,00 (dois mil e quinhentos reais).

Parágrafo Único - Os adicionais de que tratam os incisos I e II, têm caráter temporário, vigorando até dezembro de 2002.

Sala das Sessões, em 16.03.99.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

Apoiamento:

Orlando Pessuti, Ângelo Vanhoni, Ademir Bier, Hermes Fonseca, Valdir Pugliesi.

JUSTIFICATIVA:

O Excelentíssimo Sr. Presidente da República sancionou a Lei nº 9.783 de 28 de janeiro de 1999. Dispositivos idênticos pretendemos seja adotado com esta Emenda na PARANAPREVIDÊNCIA.

Entendemos justa esta proposição para igualar a Lei Federal que rege a matéria.

#### EMENDA DE PLENÁRIO DE Nº 04

O artigo 1º passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º - Não incidirá contribuição sobre a parcela de até, R\$600,00 (seiscentos reais) do provento ou pensão dos que forem servidores inativos ou pensionistas.

O artigo 2º passa a ter a seguinte redação:

Art. 2º - Será de R\$3.000,00 (três mil reais), o valor da parcela de que trata o Art. 1º, quando se trata de servidor inativo ou pensionista com mais de 70 (setenta anos) de idade ou de servidor aposentado por motivo de invalidez.

Sala das Sessões, em 16.03.99.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

Apoiamento:

Ângelo Vanhoni, Ademir Bier, Hermes Fonseca, Valdir Pugliesi.

JUSTIFICATIVA:

O Excelentíssimo Sr. Presidente da República, sancionou a Lei nº 9.783 de 28 de janeiro de 1999, que dispõe sobre a contribuição para custeio da Previdência Social dos Servidores Públicos ativos e inativos, e dos pensionistas dos três Poderes da União.

Entendemos justa esta nossa Emenda para que o Paraná adote o mesmo procedimento do Governo Federal com relação a contribuição dos inativos, especialmente os idosos com mais de 70 (setenta) anos de idade, pois é na idade avançada

que o ser humano adquire o direito de gozar a vida após a existência dedicada ao trabalho socialmente útil. É nessa fase que o cidadão pode usufruir dos benefícios de uma sociedade com finalidade de vida digna, seja em viagens, lazer e similares.

Também é nesse período que crescem as despesas pessoais com produtos de saúde, aparelhos corretores de visão, surdez, dentição, locomoção, etc.

Do ponto de vista histórico e social, observamos que as formações sociais desde a antiguidade mais remota se dividem em três segmentos: a infância, juventude, integrada pela parcela do grupo social que ainda está em formação e amadurecimento; a população economicamente ativa que sustenta a produção econômica da comunidade, e os idosos, que já deram a sua contribuição em período anterior e assim, adquiriram o direito de serem sustentados pelo grupo em referência.

Tal parcela de velhos e anciões ainda exerce um papel grupal da mais alta relevância: ela opera como “memória social” do grupo em causa.

#### EMENDA DE PLÊNÁRIO DE Nº 05

O artigo 34, § 1º da Lei nº 12.398 de 30.12.1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

§ 1º - Enquadram-se no conjunto de servidores públicos, abrangidos pelo “caput” deste artigo, aqueles que se encontrem à disposição, cedidos ou em disponibilidade e os serventuários da Justiça remunerados pelos cofres públicos, bem como os não remunerados, admitidos anteriormente a vigência da lei federal 8935 de 18.11.1994.

Sala das Sessões, em 16.03.99.

(a) CAÍTO QUINTANA

Apoiamento:

Edson Strapasson, Waldir Pugliesi, Ademir Bier, Ângelo Vanhoni.

#### EMENDA DE PLÊNÁRIO DE Nº 06

O artigo 5º, do Projeto de Lei nº 43/99, de autoria do Poder Executivo, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º - Ficam expressamente revogadas as Leis nºs 4.339, de 18 de fevereiro de 1961, 4.766, de 13 de novembro de 1963, 10.464, de 05 de outubro de 1993, 10.219, de 21 de dezembro de 1992, os Arts. 138 a 145 e 248, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970 e o Art. 6º, da Lei nº 11.714, de 07 de maio de 1997”.

Sala das Sessões, em 16.03.99.

(a) CAÍTO QUINTANA

Apoiamento:

Edson Strapasson, Ademir Bier, Waldir Pugliesi, Ângelo Vanhoni.

#### EMENDA DE PLÊNÁRIO DE Nº 07

Acrescente-se, onde couber, o seguinte dispositivo:

“O Artigo 79 fica acrescido de Parágrafo Único, com a seguinte redação:

“Art. 79 -...”

Parágrafo Único - Os segurados ativos, inativos e os pensionistas que pertençam a entidades de classe que disponham de sistema de atendimento médico hospitalar, para as quais comprovadamente contribuem mensalmente para esse mesmo fim, e que optarem expressamente pelo uso exclusivo daqueles serviços, poderão ser dispensados da contribuição de que trata este artigo.

Sala das Sessões, em 16.03.99.

(a) ALGACI TÚLIO

Apoiamento:

Miltinho Puppio, Carlos Simões, Luiz Carlos Zuk, Luiz Carlos Alborghetti.

JUSTIFICATIVA:

Diversas entidades de classe possuem serviços de atendimento médico-hospitalares, mediante recebimento de contribuição mensal de seus associados.

Considerando que a contribuição para o Fundo de Serviços Médico-Hospitalares estará sendo implantada em separado, como acréscimo à parte que se destina às aposentadorias e pensões, será justo que se ofereça o direito de escolha pelo segurado, nada impedindo que opte pelos serviços deste Fundo.

#### EMENDA DE PLÊNÁRIO DE Nº 08

Modifique-se, no Art. 3º, acrescentando-se a do § 5º, as alterações propostas aos §§ 6º e 7º do artigo 60, mantendo-se as demais, como segue: §§ 5º, 6º, 7º, 11, 12 e 13 do Art. 60:

§ 5º - Inexistindo filhos ou outros dependentes a estes equiparados, a cota parte destinada ao cônjuge ou convivente, será acrescida da cota familiar de 50% (cinquenta por cento), calculada com base no valor global do benefício.

§ 6º - Se o segurado for viúvo, ou se o cônjuge ou convivente não tiver direito à pensão, o benefício a ser pago aos filhos ou outros dependentes a estes equiparados, nos termos do inciso II e, alíneas oesii “Art. 79 -... 1º, do Art. 42, antes da divisão a que alude a Segunda parte do § 4º deste artigo, será acrescida da cota familiar de 50% (cinquenta por cento), calculada com base no valor global do benefício.

§ 7º - Inexistindo os dependentes de que tratam os incisos I e II do Art. 42, o benefício poderá ser pago, após o abatimento da cota familiar de 50% (cinquenta por cento), em partes iguais, aos dependentes inscritos pelo segurado conforme §§ 5º a 8º do Art. 42.

§ 11 -...

§ 12 -...

§ 13 -..."

Sala das Sessões, em 16.03.99.

(a) ALGACI TÚLIO

Apoioamento:

Miltinho Puppio, Luiz Carlos Zuk, Carlos Simões e Luiz Carlos Alborghetti.

JUSTIFICATIVA:

Com a devida vênia, durante a tramitação do projeto de lei original, passou despercebido o fato de que nos parágrafos de que trata esta Emenda, foi quebrada a integralização da pensão, norma Constitucional existente nos §§ 4º e 5º do Artigo 40 da Carta Magna promulgada em 05 de outubro de 1988 e mantida pela Emenda Constitucional nº 20/98, que modificou o sistema de previdência social.

Da mesma forma, a Constituição do Paraná, promulgada em 05 de outubro de 1989, mantém, nos §§ 3º e 4º do seu Artigo 45, o direito à integralidade das pensões.

Assim, a presente emenda tem por finalidade corrigir vício constitucional que poderá resultar em inúmeras ações judiciais, conforme já aconteceu no passado, com enorme prejuízo para o IPE e para o Estado.

A propósito, a integralização da pensão foi reconhecida expressamente pela Lei Estadual nº 10.219, de 21 de dezembro de 1992, a qual ainda se encontra em vigor até a presente data, e sua revogação, prevista nesta lei, não poderá prejudicar os direitos já adquiridos.

Ressalte-se que batalhamos juntamente com os servidores públicos do Estado para consolidar essa importante conquista, mantida nos textos das Constituições Federal e Estadual.

No tocante à arrecadação do Fundo, cremos que não haverá qualquer prejuízo, pois, por ocasião da criação do Fundo de Previdência acima aludido, a Mensagem Governamental veio acompanhada de convincentes cálculos atuariais, reproduzidos, através de demonstrativos gráficos no livro "Fundo de Previdência do Estado", da autoria de João Benjamins dos Santos, editado em 1993.

#### EMENDA DE PLENÁRIO DE Nº 09

Emenda Modificativa: altera o Artigo 2º da Lei nº 12.398/98, transformando a PARANAPREVIDÊNCIA em autarquia, ficando com a seguinte redação:

Art. 2º - A PARANAPREVIDÊNCIA, passa a ser uma autarquia dotada de personalidade jurídica de direito público, patrimônio e receitas próprios, gestão administrativa, técnica, patrimonial e financeira descentralizadas, vinculada à Secretaria de Estado da Administração.

§ 1º - Aplicam-se à PARANAPREVIDÊNCIA, todas as regras de direito público, notadamente, as relativas ao controle e fiscalização dos atos administrativos, destacando-se a Lei nº 8666/93 e suas alterações.

Sala das Sessões, em 16.03.99.

(aa) PÉRICLES MELLO

IRINEU COLOMBO

ÂNGELO VANHONI

HERMES FONSECA

Apoioamento:

Ademir Bier e Waldir Pugliesi.

JUSTIFICATIVA:

A referida emenda visa conferir à PARANAPREVIDÊNCIA natureza jurídica de direito público, ficando assim a dita entidade submetida aos princípios de direito público, e a seus mecanismos de controle e de fiscalização.

Salienta-se imperiosa tal alteração, por tratar-se de entidade que desenvolve atividade típica do Estado, não delegável a entidades de caráter privado.

O objeto da PARANAPREVIDÊNCIA, consiste em atividade revestida do mais elevado interesse público, da qual a responsabilidade do Estado é inafastável. Desta forma, cabe ao Estado e apenas a ele, desenvolver tal atividade. Não se concebe aventurar tal empreendimento nas mãos da iniciativa privada, sem qualquer mecanismo de fiscalização e controle eficaz.

Destaca-se por fim, estar em questão o sistema previdenciário do funcionalismo público estadual, cuja responsabilidade direta e inafastável é do Estado, a qual deve ser cercada de todas as garantias, controle e fiscalização, para que possa atingir os fins colimados.

#### EMENDA DE PLENÁRIO DE Nº 10

Emenda Supressiva: suprima-se os artigos 3, 4, 5, 6 e 7, da Lei nº 12.398/98, ficando com a seguinte redação;

Art. 3º - suprimido

Art. 4º - suprimido

Art. 5º - suprimido

Art. 6º - suprimido

Art. 7º - suprimido

Sala das Sessões, em 16.03.99.

(aa) PÉRICLES MELLO

IRINEU COLOMBO

ÂNGELO VANHONI

HERMES FONSECA

Apoioamento:

Ademir Bier e Waldir Pugliesi.

JUSTIFICATIVA:

A referida emenda visa retirar da Lei nº 12.398/98, que instituiu o PARANAPREVIDÊNCIA, as disposições conflitantes com a nova

natureza jurídica proposta à entidade. Deixando esta de ser serviço social autônomo, e passando a ser uma autarquia, não há razão de ser tais dispositivos.

#### EMENDA DE PLÊNARIO DE Nº 11

Emenda Modificativa: altera o “caput” do Art. 9º, ficando com a seguinte redação:

Art. 9º - Os Presidentes de Conselho serão eleitos pelos seus pares e os Diretores indicados pelo Conselho de Administração e nomeados pelo Governador do Estado, para exercício por um período de 06 (seis) anos, podendo haver recondução.

Sala das Sessões, em 16.03.99.

(aa) PÉRICLES MELLO  
ÂNGELO VANHONI  
IRINEU COLOMBO  
HERMES FONSECA

Apoiamento:

Ademir Bier e Waldir Pugliesi.

JUSTIFICATIVA:

A referida emenda justifica-se pela necessidade de conferir à autarquia igualdade de participação entre o Governo do Estado e os destinatários do sistema previdenciário criado pela Lei nº 12.398/98.

Salienta-se a necessidade de uma participação efetiva dos servidores em tal sistema, uma vez que, sendo estes os que sofrem primeira e diretamente, os efeitos do bom ou do mal gerenciamento do sistema. Dessa forma, torna-se imperioso que participem efetivamente, com real poder de decisão, na condução do sistema.

Ademais, tal participação atende ao princípio democrático, assegurado pela Carta Magna Federal, como fundamento primeiro do Estado de direito.

#### EMENDA DE PLÊNARIO DE Nº 12

Emenda Modificativa: altera o Art. 10 da Lei nº 12.398/98, modificando a composição do Conselho de Administração, ficando com a seguinte redação:

Art. 10 - O Conselho de Administração será composto por 07 (sete) membros efetivos e 07 (sete) suplentes, respeitando a seguinte distribuição:

I - 03 (três) membros efetivos e 03 (três) suplentes eleitos pelos servidores;

II - 01 (um) membro efetivo e 01 (um) suplente indicado pelo Poder Executivo;

III - 01 (um) membro efetivo e 01 (um) suplente indicado pelo Poder Judiciário;

IV - 01 (um) membro efetivo e 01 (um) suplente indicado pelo Poder Legislativo;

V - 01 (um) membro efetivo e 01 (um) suplente indicado pelo Ministério Público;

Parágrafo Único - Escolha dos cargos e funções atinentes ao Conselho de Administração, se dará por votação entre os pares.

Sala das Sessões, em 16.03.99.

(aa) PÉRICLES MELLO  
ÂNGELO VANHONI  
IRINEU COLOMBO  
HERMES FONSECA

Apoiamento:

Ademir Bier e Waldir Pugliesi.

JUSTIFICATIVA:

A referida emenda justifica-se pela necessidade de melhor distribuir a representatividade dos vários seguimentos envolvidos na PARANAPREVIDÊNCIA, garantindo aos servidores, que são os destinatários e principais interessados na boa gestão da entidade, uma maior representação que a prevista pela Lei nº 12.398/98.

A nova composição pretendida, distribui a cada um dos Poderes do Estado, uma cota de representação, garantindo a participação de cada um destes entes, necessária para uma adequada condução do Sistema, bem como ao Ministério Público, cujo “múnus” principal é o de fiscal da lei, e defensor do interesse público.

#### EMENDA DE PLÊNARIO DE Nº 13

Emenda Modificativa: altera o Art. 78 da Lei nº 12.398/98, modificando as alíquotas de contribuições e contribuintes ficando com a seguinte redação:

Art. 78 - A contribuição mensal dos servidores públicos paranaenses para o Fundo de Previdência será de 10% (dez por cento) sobre a parcela da remuneração.

Parágrafo Único - Ficam isentos de contribuir com a PARANAPREVIDÊNCIA, os aposentados e pensionistas com mais de 70 anos, e os aposentados por invalidez, independente de faixa etária.

Sala das Sessões, em 16.03.99.

(aa) PÉRICLES MELLO  
ÂNGELO VANHONI  
IRINEU COLOMBO  
HERMES BRANDÃO

Apoiamento:

Ademir Bier e Waldir Pugliesi.

JUSTIFICATIVA:

A presente emenda justifica-se pelo fato de que as alíquotas apresentadas pela Lei nº 12.398/98, representam redução salarial, haja vista que os servidores públicos estaduais, que estão a mais de três anos sem qualquer reajuste salarial, contribuem atualmente com 10% sobre a remuneração percebida.

A propósito, vale lembrar, que a Constituição Federal veda expressamente, em seu Art. 7º, VI,

qualquer redução salarial, salvo em caso de convenção ou acordo coletivo.

Destaca-se também que a contribuição dos aposentados e pensionistas para o PARANAPREV-IDÊNCIA, fica isenta após a idade de 70 anos pela necessidade de proteger estes segurados em idade avançada, na qual sempre têm suas despesas aumentadas por necessitarem de maiores cuidados com a saúde e consumirem mais medicamentos.

#### EMENDA DE PLENÁRIO DE Nº 14

Emenda Modificativa: torna facultativa a Contribuição Médico-Hospitalar, criada pela Lei nº 12.398/98, dispondo da seguinte forma:

Art. ... - A adesão do servidor público a assistência Médico-Hospitalar de que trata a Lei nº 12.398/98, será opcional, e se realizará mediante contrato entre a PARANAPREVIDÊNCIA e o Servidor, o qual discriminará todos os serviços a que o usuário fará jus, contendo a autorização expressa para desconto em sua folha de pagamento.

§ 1º - O Conselho de Administração elaborará no prazo de 90 dias um plano de assistência Médico-Hospitalar, discriminado todos os serviços que serão prestados pela PARANAPREVIDÊNCIA, aos seus usuários.

Sala das Sessões, em 16.03.99.

(aa) PÉRICLES MELLO, ÂNGELO VANHONI,  
IRINEU COLOMBO e HERMES FONSECA.

Apoiamento:

Ademir Bier, Waldyr Pugliesi

JUSTIFICATIVA:

A Assistência Médico-Hospitalar de que trata a Lei nº 12.398/98, não pode ser de caráter compulsório, penalizando o servidor com mais um desconto em folha de 2% (dois por cento). Haja vista que muitas categorias de servidores já possuem esse tipo de serviço feito através de suas próprias organizações, já recebendo uma prestação a contento.

Dessa forma, a obrigatoriedade em contribuir com a Assistência Médico-Hospitalar, se torna injusta e odiosa, uma vez que em nada vem beneficiar a vários segmentos, representando apenas e tão somente redução salarial.

Deve portanto, ser facultativa a referida assistência, cabendo ao servidor optar ou não pelo serviço, o qual deverá estar formalizado em um contrato, que discriminará os serviços a que o usuário terá direito e sua expressa autorização para desconto em folha de pagamento.

É necessário garantir um patamar mínimo de atendimento aos usuários dos serviços Médicos-Hospitalares oferecidos pela PARANAPREVIDÊNCIA, uma vez que a Lei nº 12.398/98 não o faz. É imperioso que o usuário saiba qual o retorno que terá pela contribuição que faz para com o Sistema.

#### EMENDA DE PLENÁRIO DE Nº 15

Emenda aditiva: acrescenta à Lei nº 12.398/98, a aposentadoria especial.

Art. ... - Fica assegurado aos servidores que exercem atividades comprovadamente penosas, perigosas e insalubres o direito a aposentadoria especial nos termos das Leis nºs 10.692/93 e 6.174/70.

Sala das Sessões, em 16.03.99.

(aa) PÉRICLES MELLO, ÂNGELO VANHONI,  
IRINEU COLOMBO e HERMES FONSECA.

Apoiamento:

Ademir Bier, Waldyr Pugliesi

JUSTIFICATIVA:

A Lei nº 12.398/98, incorreu na grave omissão ao não prever qualquer forma de seguridade diferenciada para os servidores que exercem atividades penosas, perigosas e insalubres. Tal omissão afronta a dignidade do trabalhador, o qual sempre teve prerrogativas especiais em face das condições em que desempenha seu trabalho.

A referida emenda, visa corrigir tal omissão, impondo que se aplique as mesmas disposições legais relativas ao trabalho penoso, perigoso e insalubre, disposta no Estatuto dos Funcionários Cíveis do Estado do Paraná e pela Lei nº 10.692/93, que alterou o Estatuto, dispondo sobre a matéria de forma mais completa e pormenorizada.

#### EMENDA DE PLENÁRIO DE Nº 16

Emenda Modificativa: altera a composição do Conselho Fiscal da PARANAPREVIDÊNCIA restabelecido pela Lei nº 12.398/98, ficando da seguinte forma:

Art. 20 - O Conselho Fiscal compor-se-á por 8 (oito) membros efetivos e 8 (oito) suplentes, respeitando a seguinte distribuição:

I - 4 (quatro) membros efetivos e 4 (quatro) suplentes eleitos pelos servidores;

II - 1 (um) membro efetivo e 1 (um) suplente indicado pelo Poder Executivo;

III - 1 (um) membro efetivo e 1 (um) suplente indicado pelo Poder Judiciário;

IV - 1 (um) membro efetivo e 1 (um) suplente indicado pelo Poder Legislativo;

V - 1 (um) membro efetivo e 1 (um) suplente indicado pelo Ministério Público;

Parágrafo Único - A escolha do Presidente e demais cargos e funções atinentes ao Conselho Fiscal, se dará por votação entre os Pares.

§ 1º - O Conselho Fiscal reunir-se-á ordinariamente, 1(uma) vez por mês, com a presença da maioria absoluta dos Conselheiros.

§ 2º - Os membros efetivos do Conselho Fiscal perceberão, mensalmente, pelo desempenho de suas funções a importância equivalente a 50%

(cinquenta por cento) da remuneração paga aos membros do Conselho de Administração.

§ 3º - O Presidente do Conselho terá direito a voz e voto, inclusive de desempate.

Sala das Sessões, em 16.03.99.

(aa) PÉRICELS MELLO, ÂNGELO VANHONI, IRINEU COLOMBO e HERMES FONSECA

Apoioamento:

Ademir Bier e Waldyr Pugliesi

JUSTIFICATIVA:

A referida emenda justifica-se pela necessidade de melhor distribuir a representatividade dos vários segmentos envolvidos na PARANAPREVIDÊNCIA, garantindo aos servidores, que são os destinatários e principais interessados na boa gestão da entidade, uma maior representação que a prevista pela Lei nº 12.398/98.

A nova composição pretendida adota o critério de paritariedade, distribuindo a cada um dos Poderes do Estado, uma cota de representação, e ao conjunto dos servidores, que são os destinatários do Sistema e principais interessados, cota equivalente à do conjunto dos Poderes.

Desta forma, teremos recuperado um controle efetivo de fiscalização sobre a PARANAPREVIDÊNCIA, sem o qual todo o sistema pode ficar à mercê de um grupo restrito de pessoas, sob o risco de conduzirem Sistema de forma lesiva aos interesses superiores dos usuários, causando-lhes danos irreparáveis.

#### EMENDA DE PLENÁRIO DE Nº 17

Emenda modificativa: altera ao parágrafo 2º do artigo 70, ficando com a seguinte redação:

Art. 70 - .....

§ 1º - .....

§ 2º - os aposentados e pensionistas terão a revisão de suas aposentadorias, proventos, benefícios e vantagens, nos mesmos índices e condições concedidos aos servidores em atividade.

Sala das Sessões, em 16.03.99.

(aa) PÉRICLES MELLO, ÂNGELO VBNHONI, IRINEU COLOMBO e HERMES FONSECA

Apoioamento:

Ademir Bier, Waldyr Pugliesi

JUSTIFICATIVA:

A referida emenda justifica-se pela necessidade de conferir isonomia de tratamento entre os servidores ativos e inativos, direito este garantido constitucionalmente.

#### EMENDA DE PLENÁRIO DE Nº 18

O Artigo 2º passa a ter a seguinte redação:

Art. 2º - Também ficam isentos da contribuição de que trata o artigo primeiro, os Servidores Públicos e Militares do Estados inativados por

invalidez permanente e aqueles inválidos após a inatividade, bem como os dependentes de servidores e militares que recebam pensão previdenciária em decorrência de invalidez permanente.

Sala das Sessões, em 16.03.99.

(a) ORLANDO PESSUTI

Apoioamento:

Ademir Bier, Hermes Fonseca, Antonio Annibelli

JUSTIFICATIVA:

Pretendemos com a apresentação desta emenda, incluir nos benefícios do texto do Art. 2º aqueles servidores civis e militares que adquiriram a invalidez após a inatividade.

Portanto, nada mais justo que o benefício seja estendido aos inválidos depois de aposentados.

Assim sendo, esperamos que esta emenda seja acolhida e aprovada por esta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Em discussão.

Em votação.

As Emendas passarão à Comissão de Constituição e Justiça.

Sobre a mesa, Requerimento nº 263, de autoria do Senhor Deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 264, de autoria dos Senhores Deputados Orlando Pessuti, Ademir Bier, Hermes Fonseca e demais Senhores Deputados, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. VALDIR ROSSONI (Para Encaminhar)

Quero propor ao ilustre Deputado Orlando Pessuti, que transformemos esse requerimento de informações num convite ao Secretário para que ele venha pessoalmente a essa Casa, onde possamos fazer essas perguntas e esclarecer outras dúvidas, que outros Parlamentares tiverem.

Proponho isso ao Deputado Orlando Pessuti. Marcaremos isso para próxima terça-feira, se Vossa Excelência assim concordar.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Deputado Valdir Rossoni, vamos concordar com Vossa Excelência, até porque Vossa Excelência já fixa a data de terça-feira, da semana que vem, para que o Secretário venha aqui e preste essas informações.

Até porque, se aprovarmos o requerimento, ele teria 30 dias de prazo para vir aqui com as informações por escrito. E se ele puder vir antes, para prestar estas informações, o objetivo nosso é ter as informações. Não tenho porque não concordar com Vossa Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Em votação o requerimento.

**Aprovado.**

A Mesa cumprimenta os dois Deputados pelo acerto.

Requerimento nº 268, de autoria do Senhor Deputado Hidekazu Takayama, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 099, de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente de sessão anterior. **Retirado pelo autor.**

Requerimento nº 223, de autoria do Senhor Deputado Antonio Annibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 224 e 225, de autoria do Senhor Deputado Nereu Moura, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 226, de autoria da Senhora Deputada Serafina Carrilho, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 227 a 229, de autoria do Senhor Deputado Ademir Bier, constantes do expediente. **Retirados pelo autor.**

Requerimentos nºs 257 a 259, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 260, de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, com apoio do Senhor Deputado Ademir Bier, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 266, de autoria do Senhor Deputado Nelson Garcia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 255 e 256, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 17, à hora regimental, com a seguinte

### **ORDEM DO DIA:**

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 005, 015, 018, 028, 029 e 034/99.

Levanta-se a sessão.